RESOLUÇÃO Nº 196, DE 5 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar da Faculdade de Educação

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no Processo nº 23104.021038/2020-13, resolve, **ad referendum:**

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar – Tecnológico, na modalidade a distância, da Faculdade de Educação, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º O referido Curso, em respeito às normas superiores pertinentes à integralização curricular, obedecerá aos seguintes indicativos:

I - carga horária mínima:

a) mínima do CNE: 2.400 horas; e

b) mínima UFMS: 2.529 horas.

II - tempo de duração:

a) proposto para integralização curricular: seis semestres;

b) mínimo CNE: não se aplica; e

c) máximo UFMS: nove semestres.

Art. 3º O Projeto Pedagógico será implantado a partir do primeiro semestre do ano letivo de 2021 para todos os acadêmicos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do primeiro semestre letivo de 2021.

RUY ALBERTO CAETANO CORRÊA FILHO

Documento assinado eletronicamente por **Ruy Alberto Caetano Correa Filho**, **Pró-Reitor(a)**, em 07/08/2020, às 10:28, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

10/08/2020
Nº 7351
pg. 1

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2079900** e o código CRC **911436D6**.

CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.000070/2020-57 SEI nº 2079900

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 2

Anexo da Resolução nº 196, Cograd, de 5 de agosto de 2020.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO E PROCESSOS DE TRABALHO: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

1.2. Código E-mec: xxxxxx

1.3. Habilitação: Não se aplica

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Tecnologia

1.5. Modalidade de Ensino: A Distância

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 6 Semestres

b) Mínimo CNE: Não Se Aplica

c) Máximo UFMS: 9 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 2400 Horas

b) Mínima UFMS: 2529 Horas

1.9. Número Médio de Vagas por Polo:

3193 - Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar:

Polo de Miranda: 30 Vagas

Polo de Campo Grande: 30 Vagas

Polo de Corumbá: 30 Vagas

Polo de Três Lagoas : 30 Vagas

Polo de Ponta Porã: 30 Vagas

1.10. Número de Entradas: 1

1.11. Modelo de Funcionamento: Modalidade a distância

1.12. Local de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso:

Polo de Miranda: Polo de Apoio Presencial e a Distância /Uab Rua Carandá, 300 Bairro Coahb

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br

Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 3

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 3

Anexo da Resolução nº 196, Cograd, de 5 de agosto de 2020.

Polo de Campo Grande: Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Avenida Costa e Silva S/N - Bairro: Universitário

Polo de Corumbá: Avenida Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, Cep 79304-902, Corumbá - Ms

Polo de Três Lagoas : Ranulpho Marques Leal, 3484, Distrito Industrial, Cep 79620-080, Três Lagoas - Ms

Polo de Ponta Porã: Itiberé Vieira, S/N, Residencial Julia Oliveira Cardinal Br 463 - Km 4,5, Cep 79907-414, Ponta Porã - Ms

1.13. Forma de ingresso: Os critérios e procedimentos que regulamentam o ingresso são definidos em regulamentos e em editais específicos, condicionado à existência de vagas e às especificidades do curso.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A proposta de oferta do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, atende a legislação educacional vigente e as Bases Legais, conforme as normativas citadas a seguir:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, que altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que define a formação dos funcionários técnicos administrativos da educação como de conteúdo técnico-pedagógico, em consonância com a Lei nº 12.014, de 2009;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 4
10/08/2020 Nº 7351 Pg. 4

dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Decreto Federal nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica;
- Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução nº 3, CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução nº 1, CNE/CES, de 11 de março de 2016, que estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância;
- Resolução nº 2, CNE/CES, de 13 de maio de 2016, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica;
- Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
- Resolução n° 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que Normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
- Resolução nº 35, Conselho Universitário (Coun), de 13 de maio de 2011, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 93, Coun, de 5 de dezembro de 2014, que altera o art. 39

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 5

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 5

da Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011;

- Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;
- Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
- Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4° da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve origem com a criação das Faculdades de Farmácia e de Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26-07-1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16-09-1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05-07-1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam as unidades setoriais: Escola de Administração e Negócios (Esan), Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), Faculdade de Ciências Humanas (Fach), Faculdade de Computação (Facom), Faculdade de Educação (Faed), Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), Faculdade de Odontologia (Faodo), Instituto de Biociências (Inbio), Faculdade de Direito (Fadir), Instituto de Física (Infi), Instituto de Matemática (Inma), Instituto de Química (Inqui) Instituto Integrado de Saúde (Inisa), a UFMS mantém

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 6

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 6

unidades setoriais nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 01-01-2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29-07-2005.

A UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Os cursos de pós-graduação englobam especializações e programas de mestrado e doutorado.

3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

A Faculdade de Educação foi criada através da Resolução nº 25, Coun, de 21 de março de 2017, publicada em 27 de março de 2017, resultado do processo de reestruturação do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), criado em 1980, na Cidade Universitária de Campo Grande. Naquela época, o CCHS estava constituído por apenas dois departamentos: Educação e Educação Física.

O CCHS foi extinto a partir de 27 de março de 2017 conforme Resolução nº 18, Coun, de 21 de março de 2017, publicada em 27 de março de 2017 e deu origem a três Faculdades: a Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), a Faculdade de Educação (Faed) e a Faculdade de Ciências Humanas (Fach).

A Faed tem os seguintes Cursos de graduação: Educação Física (presencial e a distância), Educação do Campo e Pedagogia (presencial e a distância).

Na pós-graduação stricto sensu são ofertados os Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação, que compõem o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu).

Na Cidade Universitária, a Faed está localizada no antigo prédio da Coordenadoria de Educação a Distância (CED), onde se encontram as seguintes dependências administrativas e de ensino, pesquisa e extensão: Direção de Centro, Coordenação Administrativa (Coad), Coordenação de Gestão Acadêmica (Coac), Secretaria Acadêmica (Secac), Secretaria de Apoio Pedagógico (SAP), sala de professores e sala de estudos e pesquisas.

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

Em 2010, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) encaminhou à Secretaria de Educação Superior (SESU), do Ministério da Educação, requerimento de consulta à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação sobre a aprovação de diretrizes curriculares para a formação dos funcionários da educação em nível superior. À época ainda não havia sido aprovada a Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que introduziu o art. 62-A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, razão pela qual o pedido acabou postergado.

Em dezembro de 2014, um ano depois de inserido o art. 62-A na LDB, a CNTE, voltou-se a solicitar ao CNE a elaboração das diretrizes para formação dos profissionais em nível superior.

Cumpre destacar que o processo de debate e aprovação do Parecer nº 246/2016-CNE/CES e da Resolução nº 2/2016-CNE/CES, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica, contou com ampla participação social, tendo a CNTE, e seus sindicatos filiados, participado ativamente e contribuído com a formulação dos documentos, no sentido de reconhecer, através da Lei n° 12.014, de

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 7

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 7

6 de agosto de 2009, os funcionários da educação como “profissionais da educação”, sendo este um marco histórico para o segmento dos técnicos, o que equivalia a mais de um milhão de profissionais que exerciam suas funções nas milhares de escolas pelo Brasil. Por outro lado, as diretrizes para a formação destes profissionais, em nível superior, já nascem com uma esplêndida demanda potencial entre os trabalhadores efetivos ou em contratos de trabalho diversos, com as administrações públicas. Essas diretrizes propõem quatro Cursos Superiores de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos.

Segundo dados extraídos do Censo Escolar de 2013, eram mais de 500 mil profissionais trabalhando em alguma área administrativa ou de apoio escolar, com o ensino médio concluído e, portanto, aptos a cursarem uma das quatro áreas profissionais de nível superior para os funcionários da educação.

A proposta pedagógica da UFMS visa atender a estratégia 18.1 do PNE, que prevê “estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados”.

Neste sentido, foram realizadas discussões no âmbito da Faed/UFMS, juntamente com a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) sobre a proposta apresentada no documento “Funcionários da Educação”: Conquistas e desafios da formação e da valorização profissional, na perspectiva da criação dos Cursos Superiores em Tecnólogo da Educação e Processos de Trabalho em: Alimentação Escolar, Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar e Multimeios Didáticos. Tais discussões resultaram na indicação da Faed para a oferta desses Cursos pela UFMS. Por meio da Resolução n° 84 de 1 de março de 2018, o Conselho de Graduação (Cograd), manifestou-se favorável à aprovação dos Cursos.

A proposta foi encaminhada com êxito e em março de 2018, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Articulação de Cursos Superiores na Modalidade EAD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Edital nº 5/2018 – tornou público o Resultado Final da 2ª fase do Edital nº 5/2018, publicado no DOU de 1º de março de 2018, seção 3, pág. 23, Processo Nº 23038.020129/2017-69, aprovando o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar.

Assim, o alcance territorial do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar em 2021, é de 05 polos UAB do Estado de Mato Grosso do Sul (Campo Grande, Corumbá, Miranda, Ponta Porã, Três Lagoas), atendendo aos Profissionais em Educação que atuam na área de Alimentação Escolar, conforme Lei n° 12.014, de 06 de agosto de 2009.

Cabe ressaltar que a oferta deste Curso no âmbito da Faed/UFMS, visa atender o mais brevemente possível, a parte da demanda de mais de 500 mil trabalhadores das escolas públicas, que possuem a escolaridade em nível médio, mas que não têm a devida formação profissional em nível superior.

Além da criação deste Curso, tem-se o objetivo de criar mais 3 Cursos para a formação dos funcionários na Faed/UFMS, quais sejam: Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Secretaria Escolar; Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Infraestrutura Escolar e Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Multimeios Didáticos, a fim de avançar no processo de profissionalização e valorização dos profissionais, à luz das metas do PNE, em especial das nº 15, 16 e

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br

Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 8

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 8

18 do anexo da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

De acordo com os dados do Perfil Socioeconômico de Campo Grande (PLANURB, 2018), durante as últimas décadas, Campo Grande experimentou um importante crescimento populacional, sendo que a população foi multiplicada por 5,6 vezes entre 1970 e 2010, chegando a 786.797 pessoas. Segundo o IBGE em 2018, a população atingiu um total de 874.210 habitantes, sendo a 1° do Estado de Mato Grosso do Sul, com Produto Interno Bruto (PIB) de 24.257.415,46 em 2015 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,784 em 2010. No contexto nacional, Campo Grande é o 17º em volume populacional entre as capitais. Em relação ao trabalho e rendimento, em 2016, o salário médio mensal era de 3,4 salários mínimos. A atividade econômica de Campo Grande é voltada para os setores secundário e terciário – indústria, comércio e serviços. No que se refere ao número de matrículas no Ensino Médio, o Censo Escolar apresenta o total de 33.196 matrículas em 2017.

Corumbá é a terceira cidade mais importante do Estado em termos econômicos e em população (depois de Campo Grande e Dourados), e a primeira em cultura. Apesar de o setor industrial ser incipiente, a arrecadação gerada por ele supera os setores de pecuária e agricultura. Na indústria de transformação, é representativa a produção de cimento, calcário, laticínios e os estaleiros. Segundo o IBGE, Corumbá tem 98 indústrias de transformação, os principais ramos são: indústria extrativa, entreposto de pescado, frigorífico de bovinos, produção de cimento, produção de concreto, calcário, mineradoras, metalúrgica, produtos alimentícios, minerais não metálicos, editorial e gráfica, madeira, perfumaria, sabões e velas, álcool etílico e vinagre. Em 2016, o salário médio mensal era de 2,7 salários mínimos. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37,6% da população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Corumbá é 0,700, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Em 2015, os alunos dos anos finais tiveram nota de 3.9. no IDEB. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94,7 em 2010. Isso posicionava o município na posição 66 de 79 dentre as cidades do Estado.

Miranda é uma cidade do Estado do Mato Grosso do Sul. O município se estende por 5.478,8 km² e contava com 25.615 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 4,7 habitantes por km² no território do município. Miranda se situa a 66 km a Norte-Oeste de Aquidauana. O IDHM - Miranda é 0,632, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais é de 78,53%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 46,54%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 14,59%. Miranda apresenta PIB per capita de 18.195,48, em 2017. O salário médio mensal era de 1,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 60 de 79 e 47 de 79, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 40,7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 11 de 79 dentre as cidades do estado.

No território do município de Ponta Porã, o PIB (2012) do município atingiu R$ 1.365.906.000,00. Encontra-se na 5° posição no **ranking** do Estado. Considerando a população estimada para o mesmo ano pelo IBGE, o PIB per capita, produzido no município no ano, correspondeu a R$ 16.981,91. Os dados censitários

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br

Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 9

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 9

mais recentes (2010) apontam que a População Economicamente Ativa do município de Ponta Porã era de 38.807 pessoas, correspondente a 61% da população. O IDHM foi de 0,701, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,812, seguida de Renda, com índice de 0,708, e de Educação, com índice de 0,598. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais é de 91,36%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 52,60%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 37,02%. Em 2015, os alunos dos anos finais, tiveram nota de 4.2. no IDEB. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos finais, colocava a cidade na posição 32 de 79. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96,9 em 2010. Isso posicionava o município na posição 45 de 79 dentre as cidades do Estado e na posição 3.751 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Segundo o IBGE, em março de 2017, Três Lagoas saltou de quarta, para segunda posição no **ranking** do PIB dos municípios de Mato Grosso do Sul, a taxa de crescimento entre 2010-2016 atingiu 123% para alcançar os respectivos R$ 8.7 Bilhões, uma média de crescimento de 10,6% ao ano. Esse volume expressivo, ainda conforme o relatório do NPE/TL, é resultado dos atuais investimentos em cadeias produtivas globais de celulose e soja e demais investimentos que confirmam a segunda maior economia de estado, atrás apenas de Campo Grande. O IDHM foi de 0,744, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,505, em 1991, para 0,744, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,488 para 0,729. Isso implica em uma taxa de crescimento de 47,33% para o município e 49% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 51,72% para o município e 53,85% para a UF. A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (crescimento de 0,342), seguida por Longevidade e por Renda. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais é de 89,71%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 52,02%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 38,94%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 57,92 pontos percentuais, 39,69 pontos percentuais, 23,80 pontos percentuais e 27,72 pontos percentuais. Em 2015, os alunos dos anos finais da rede pública municipal tiveram nota de 3.9. no IDEB. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos finais, colocava a cidade na posição 51 de 79. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97,5 em 2010. Isso posicionava o município na posição 32 de 79 dentre as cidades do estado e na posição 2.904 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

As demandas expressas em todas as regiões de Mato Grosso do Sul levam a UFMS a considerar as reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O total de trabalhadores da base é estimado em 2.800.000, dos quais, pelo menos, 1.200.000 exercem funções técnico-pedagógicas não docentes nas escolas e órgãos dos sistemas de ensino.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

Mato Grosso do Sul tem 357.145,4 km² de área, com fronteiras internacionais com o Paraguai e a Bolívia. O Estado também faz divisa com Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O território sul-mato-grossense localiza-se entre duas bacias hidrográficas: a do Rio Paraguai e a do Rio Paraná. Os principais biomas, segundo a área ocupada, são o Cerrado (61%) e o Pantanal (25%), o restante é formado pelas Florestas Úmidas do Alto-Paraná e pelo bioma da Mata Atlântica (14%) (MATO GROSSO DO SUL, 2015). Cerca de 16% do território

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br

Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 10

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 10

sul-mato-grossense é destinado a áreas de preservação ambiental, sendo 2% relativos a terras indígenas, além de 2% relativos a unidades federais de conservação, 1% a unidades estaduais e 11% a unidades municipais. (Aydos e Figueiredo Neto, 2019). Pesquisadores de diversas áreas, tem questionado a expansão da produção agropecuária no Brasil, sobre os níveis de degradação e os custos ambientais decorrentes desse processo. De acordo com Cunha et al. (2008), a degradação ambiental no Cerrado é marcada, sobretudo, pela expansão da agricultura e pecuária, caracterizadas pela retirada da cobertura vegetal nativa e sua substituição por pastagens e por lavouras bem como pelo crescimento das cidades nelas localizadas. Nesse sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, levará em consideração que a ação educativa desenvolvida, nesta área de atuação, configura-se como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos. Os conceitos, princípios e objetivos da formação, que se desenvolvem na socialização e construção de conhecimentos e no diálogo constante entre diferentes visões de mundo, trazem implicações diretas para a preservação dos fatores socioambientais.

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

Segundo Dourado (2016), a valorização dos profissionais da educação tem sido objeto de vários olhares, proposições e lutas políticas. Ratificamos aqui a concepção ampla sobre valorização do profissional da educação, definida pela Conferência Nacional de Educação (Conae/2014), a partir da articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho. Os funcionários da Educação Básica, categoria que conta com mais de um milhão de profissionais, têm trajetória histórica marcada pela "secundarização", "invisibilidade" e, só mais recentemente, por meio de muitas lutas, vêm sendo reconhecidos. Esses processos de afirmação identitária resultaram de múltiplos movimentos e lutas, com especial realce para o papel da CNTE e do Governo Federal, a partir de 2003, que desencadeou ações e políticas direcionadas à valorização dos profissionais.

Após muitas lutas e proposições, os funcionários da Educação Básica passam a ser considerados profissionais da educação, a partir de alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A despeito desses avanços, as condições dos funcionários da Educação Básica são as mais diversas e fortemente marcadas por assimetrias. Em alguns casos, gozam de plano de carreira e, em outros, os sistemas têm optado pela terceirização ou outras formas precárias de contratação. Nas últimas décadas, outros importantes avanços se efetivaram na agenda da legislação e das políticas nacionais, destacando-se, entre outros: a Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009, que definiu, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação; a Resolução nº 5/2005 do Conselho Nacional de Educação, que instituiu a área de Serviços de Apoio Escolar como a 21ª Área Profissional; o Decreto nº 8752, de 09 de maio de 2016, que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Em Mato Grosso do Sul, essa demanda se explicita quando consideramos os números de profissionais em educação que ainda não possuem uma formação superior, conforme se pode constatar no levantamento feito pela CNTE a respeito do número de funcionários e técnicos administrativos das escolas públicas, por estado e por esfera administrativa, no caso de Mato Grosso do Sul são 339 em âmbito federal; 11.633 no estadual e 21.082 no municipal, perfazendo um total de 33.054 trabalhadores em Educação sem a formação Superior.

A Faed/UFMS assumiu para si a responsabilidade pela formação dos funcionários das instituições educativas, por meio do oferecimento do Curso

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 11

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 11

Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, criando as circunstâncias político-pedagógicas para a sua implementação.

Importa ressaltar que o referido Curso é inédito no Estado, sendo o primeiro a ser ofertado no Mato Grosso do Sul. A definição dos polos pela Faed/UFMS deu-se em diálogo com a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS), de maneira a respeitar as necessidades mais imediatas e a agregar um maior número de profissionais em Educação, bem como considerar a capacidade estrutural da UFMS.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

A organização teórico-metodológica do Curso assegura os conhecimentos científicos gerais e específicos das diversas áreas de atuação dos acadêmicos. As disciplinas práticas e os estágios possibilitam a interlocução entre os saberes acadêmicos e a realidade vivenciada nas instituições escolares. A metodologia está direcionada ao desenvolvimento de habilidades e competências voltadas a atuação profissional, relacionadas às dimensões técnica, política, de desenvolvimento pessoal, cultural, ética e social.

5.1.1. TÉCNICA

Nesta dimensão, o Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar volta se para a formação profissional do futuro, desenvolvendo competências e habilidades necessárias a uma sólida formação teórica e prática. Neste aspecto, o acadêmico deve ser capaz de refletir teoricamente sobre tecnologias em educação e processos de trabalho em alimentação escolar, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo e autônomo.

Para tanto os conteúdos básicos do Curso devem estar ligados às áreas da educação, nutrição e saúde, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas nessas áreas. Tais estudos devem fundar-se na percepção da educação e do trabalho como prática social, e devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática que são essenciais aos futuros profissionais.

De forma integrada aos conteúdos básicos do Curso devem estar os conteúdos caracterizadores da formação pedagógica, além de toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, tais como: estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, projetos de extensão, cursos sequenciais, conforme as propostas do Colegiado de Curso.

Portanto, o currículo do Curso oferece a formação específica por meio das disciplinas obrigatórias e optativas, e a formação pedagógica e prática por meio das disciplinas prático/pedagógicas obrigatórias, e os Estágios Obrigatórios em alimentação escolar. Além disso, amplia a formação acadêmica-científico-cultural, com Atividades Complementares. Tal currículo permite que o resultado do processo de aprendizagem no Curso seja a formação de profissionais capacitados.

5.1.2. POLÍTICA

Considerar a dimensão política na formação dos trabalhadores implica a possibilidade de mudanças no desenvolvimento destes sujeitos, com vistas a posicionamentos e relações mais democráticas, éticas e coletivas frente ao contexto social.

A formação política, entendida em seu sentido amplo, abrange a compreensão das relações de poder, que regulam o ambiente social e o ambiente de trabalho. Os diversos componentes curriculares perpassam tais questões, que

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 12

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 12

são abordadas de modo transversal, se constituindo em instrumento de grande importância para a atuação dos profissionais da educação.

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Os conhecimentos científicos, filosóficos e culturais trabalhados ao longo do Curso serão fundamentais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos acadêmicos, nas diversas dimensões.

As atividades propostas a partir dos diversos componentes curriculares propiciarão a reflexão e ação sobre suas experiências pessoais e profissionais.

Nesta direção, o Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, desenvolverá atividades formativas nas diversas áreas do conhecimento, envolvendo: Seminários sobre temáticas gerais (conjuntura política e social) e específicas (relacionadas a gestão da alimentação escolar); Palestras e oficinas com diferentes profissionais, relacionadas a práticas pedagógicas em alimentação escolar; Atividades de pesquisa e extensão, valorizando tais atividades como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e ao aprimoramento do funcionário da educação básica, seus processos de trabalho e o aperfeiçoamento de sua prática educativa.

5.1.4. CULTURAL

A formação dos profissionais da educação básica abrange a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Neste sentido, temos o currículo como o conjunto de conhecimentos e valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho.

As atividades ligadas à produção cultural serão desenvolvidas e estimuladas ao longo do Curso, por meio do incentivo à participação dos acadêmicos nas diversas atividades culturais ofertadas pela UFMS e por outras instituições.

Entre as atividades culturais desenvolvidas pelas Pró-reitorias/UFMS responsáveis pela cultura, extensão e assuntos estudantis, estão: **shows** de artistas regionais, apresentações de teatro, dança, coral e recitais. A frequência comprovada em tais atividades, entre outras, poderá ser contabilizada como carga horária de Atividades Complementares.

5.1.5. ÉTICA

A concepção de formação do Curso busca garantir que o acadêmico atue com base nos princípios e valores éticos (respeito a vida, responsabilidade social e ambiental, respeito aos direitos humanos, solidariedade), com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária.

O percurso acadêmico é permeado por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e o manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação contextualizada desse profissional da educação.

A dimensão ética será respeitada nas atividades desenvolvidas no decorrer do Curso, desde a correta citação de referências bibliográficas usadas em pesquisa, o respeito na interação acadêmico/professor dentro e fora de sala de aula, respeito aos prazos, além da realização de atividades sem fraudes acadêmicas, tais como plágio e cópia ilegais de respostas.

A UFMS dispõe de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que foi criado no

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 13

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 13

âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço nº 005, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997. Conforme Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/Conep, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEPs são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê.

5.1.6. SOCIAL

Os princípios que norteiam a formação dos estudantes, nas diversas áreas do conhecimento serão pautados no compromisso social e na valorização do profissional da educação.

As questões sociais, políticas, culturais, estarão presentes ao longo de todo o Curso, considerando a necessária discussão acerca das lutas, contradições, disputas, presentes no contexto histórico e social.

Serão debatidos os movimentos em prol da construção da identidade dos funcionários da educação, buscando a superação da invisibilidade social, ao afirmar seu papel de profissional da educação e sua atuação técnico-pedagógica nas instituições de educação básica e nos sistemas de ensino.

As relações sociais, pessoais, interpessoais, a convivência em grupos, o respeito ao outro e ao meio ambiente, o gerenciamento de conflitos, serão temáticas desenvolvidas no decorrer do trabalho de formação.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

A interdisciplinaridade está no cerne da concepção do Curso. Neste projeto, não há disciplinas isoladas, mas os conteúdos curriculares serão desenvolvidos a partir de uma abordagem centrada em problemas e temáticas. Deste modo, os conteúdos tradicionalmente trabalhados em disciplinas isoladas serão automaticamente interligados e o conjunto conectado a conteúdos disciplinares de outros campos do conhecimento. As problematizações propostas nas disciplinas do Curso serão estruturadas a partir das seguintes temáticas:

- Impactos sociais do desenvolvimento científico e tecnológico;
- Artefatos tecnológicos;
- Sistemas e suas formas de interação;
- Desenvolvimento científico e desenvolvimento econômico e social;
- A escola e sua interação com a sociedade;
- O desenvolvimento humano e processos de aprendizagem;
- A ciência e sua interface com a sociedade;
- Tecnologias de Informação e Comunicação e seu impacto na Educação;
- O uso ético do conhecimento.

Observe-se que estes eixos não serão trabalhados de forma isolada. As atividades formativas trabalharão vários deles ao mesmo tempo, de modo a integrá-los no processo de construção conceitual. O processo formativo acontecerá a partir

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 14

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 14

de uma visão contextualizada do conhecimento. As temáticas Direitos Humanos, Educação Especial, Educação Ambiental, História Africana, Indígena e Afro-brasileira, Relações Étnico Raciais, Relações entre Ciência e Tecnologia e Sociedade e Ética serão tratadas por meio da contextualização do conhecimento utilizando-se situações problematizadoras nas quais estes aspectos sejam discutidos. Esta discussão se dará nos exemplos, exercícios, situações de ensino, trabalhos produzidos pelos estudantes e assim por diante.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

O projeto em tela constitui-se da articulação dos diversos núcleos, com o objetivo de promover uma formação integrada aos funcionários das instituições educativas da Educação Básica. O pressuposto que orienta esse projeto é de uma formação autônoma, que oportunize a todos a aquisição de conhecimentos relevantes à uma atuação efetiva no âmbito institucional, bem como social.

Para a garantia desses pressupostos, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), fará reuniões periódicas, para refletir sobre a dinâmica do trabalho dos docentes, de modo a atingir os objetivos do Projeto Pedagógico do Curso, assegurando que tais objetivos sejam contemplados no ensino, na pesquisa e na extensão.

Serão consultados os docentes especialistas em temas transversais, como relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental, entre outros, a fim de que sejam previstos encaminhamentos às diferentes áreas do conhecimento que compõem o Curso.

O NDE manterá diálogo permanente com os docentes responsáveis pelas diversas disciplinas do Curso, propondo um trabalho cooperativo entre os docentes que ministram disciplinas a um grupo de acadêmicos em um dado semestre do Curso e entre os docentes que atuam em um mesmo eixo temático.

O Colegiado de Curso promoverá ações, com vistas a integração entre os componentes curriculares, quais sejam: seminários integradores, reuniões de trabalho, encontros semestrais, produção de materiais didáticos.

O Coordenador do Curso fará a mediação e articulação entre os tutores, docentes e acadêmicos, por meio de diálogo constante e avaliações periódicas, buscando a solução de problemas e possível redimensionamento das ações. Caberá a ele garantir o desenvolvimento articulado do Curso, promovendo um intercâmbio entre os professores, de maneira que possam desenvolver suas disciplinas em consonância com os seus pares, isso porque para o acadêmico do Curso será importante estabelecer conexões entre as diversas disciplinas e a realidade social das instituições educativas.

O Coordenador estimulará os professores a lançarem mão de metodologias que promovam uma formação mais dinâmica e conectada com a realidade, para isso devem buscar respaldarem-se em pesquisas que apontam alternativas metodológicas que vão ao encontro dos interesses e necessidades dos acadêmicos. Sua ação também é importante para o reconhecimento da importância do Curso, tanto no âmbito da UFMS, como na Faculdade de Educação.

Os diálogos entre coordenador, tutores, docentes e acadêmicos ocorrerão por meio de reuniões presenciais e a distância, realizadas duas vezes no semestre, ou quando houver necessidade, em que serão apresentadas as avaliações dos discentes, tutores e docentes sobre o andamento das ações didático-pedagógicas do Curso. Nas reuniões serão apresentadas, também, os resultados da autoavaliação institucional, quando for o caso, para que a Coordenação de Curso e a Comissão Setorial de Avaliação da FAED possam dar retorno a todos os segmentos envolvidos, dos problemas relacionados ao desenvolvimento do Curso. Ainda, será criada, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, uma ferramenta de

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 15

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 15

integração e interação do Curso em que estudantes, tutores, docentes e coordenação poderão estabelecer um diálogo constante para incrementar e resolver problemas referentes ao Curso.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

Em conformidade com a Resolução n° 2, CNE/CES, de 13 de maio de 2016, o egresso do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de trabalho: Alimentação Escolar, deverá possuir um repertório de conhecimentos teóricos, práticos e habilidades, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação se articula ao seu exercício profissional, respeitadas as áreas de formação e atuação dos funcionários, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

- o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
- a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e técnico-pedagógica específica;
- a atuação profissional na organização das áreas de formação e atuação dos funcionários, bem como participação na construção do Projeto Pedagógico e da gestão de instituições de educação básica.
- o estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como bibliotecas, serviços de alimentação escolar, secretaria, multimeios e infraestrutura, incluindo salas, laboratórios, espaços recreativos e desportivos e salas multiuso;
- o desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica, respeitadas as áreas de formação e atuação dos funcionários;
- o planejamento e execução de atividades nos espaços formativos desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
- a participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como nas reuniões e órgãos colegiados;
- a leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação técnico-pedagógica para a compreensão e a apresentação de propostas, dinâmicas e processos de trabalho, considerando as áreas de atuação dos funcionários;
- o cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam a atuação técnico-pedagógica e prática dos funcionários de educação básica, seus saberes e experiências profissionais, respeitadas as áreas de formação e atuação dos funcionários;
- o desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais e escolares, incluindo o uso de tecnologias educacionais, diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas, tendo por eixo as áreas de formação e atuação dos funcionários.
- a atuação com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- a compreensão do seu papel nas instituições de educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada dessas e dos processos de trabalho nelas desenvolvidos;
- o domínio dos conteúdos específicos, pedagógicos e técnicos e as abordagens teórico-metodológicas articuladas aos processos de trabalho, respeitadas as áreas de formação e atuação dos funcionários;
- relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação nos

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 16

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 16

processos pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento de suas atividades profissionais;

- demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- a identificação de problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- atuação nos diversos processos de trabalho da educação básica, respeitadas as áreas de atuação e de formação do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho, articulando-os à gestão e organização das instituições de educação básica, suas políticas, projetos e programas educacionais;
- a realização de pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os profissionais e seu processo de trabalho nas áreas de formação e atuação dos funcionários da educação básica e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- a utilização de instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos articulados às áreas de formação e atuação dos funcionários;
- o estudo e compreensão crítica das Diretrizes Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício profissional dos funcionários da educação básica, respeitadas suas áreas de atuação como funcionários, entendidos como profissionais da educação.

Os egressos que venham a atuar em escolas indígenas, na educação escolar do campo e na educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- promover o diálogo na comunidade em que atuam e nos outros grupos sociais, sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;
- atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

5.5. OBJETIVOS

Ao concluírem o Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, os estudantes devem ser capazes de:

- Compreender a instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania, entendendo seu papel nos processos nela desenvolvidos;
- Dominar os conteúdos específicos, pedagógicos e técnicos e as abordagens teórico-metodológicas articuladas aos processos de trabalho, respeitadas as áreas de formação e atuação profissional;
- Agir com ética e compromisso, com vistas à construção de uma

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 17

sociedade justa, equânime, igualitária;

- Atuar de forma investigativa, integrativa e propositiva em face a realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- Utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos articulados às áreas de formação;
- Participar de projetos de pesquisa e extensão, entendidos como essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional da educação básica, seus processos de trabalho e o aperfeiçoamento da prática educativa;
- Exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio;
- Agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- Fazer uso competente das tecnologias da informação e comunicação (TIC), com vistas ao aprimoramento da prática profissional e pedagógica;
- Envolver-se nos diversos processos de trabalho da educação básica, respeitadas as áreas de atuação e de formação do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar.

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

Ao traçarmos a metodologia de ensino, neste projeto, é relevante considerar que, por se tratar de um curso na modalidade a distância, a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem ocorrerão com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação em que o desenvolvimento de atividades educativas por estudantes e profissionais da educação se dão em lugares e tempos diversos. Nesse sentido, consideramos que o processo de ensino e de aprendizagem acontecerão em rede, envolvendo estudantes, docentes, tutores e coordenação, numa relação que valoriza a subjetividade desses atores e a participação democrática efetiva. Do mesmo modo que favoreça a articulação e a interação entre a presencialidade e a virtualidade.

As seguintes metodologias de ensino poderão ser utilizadas: Aulas expositivas (apoiadas por equipamentos audiovisuais); Aulas com atividades individuais ou em grupo; Estudos com questionários ou listas de exercícios; Aulas práticas em laboratórios; Projetos individuais ou em grupo; Estudos dirigidos individuais ou em grupo; Apresentação de seminários pelos acadêmicos; Grupos de discussão e debates; Estudos de caso; Leitura de artigos técnicos e científicos; Uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem para leitura de textos, discussões e realização de atividades; Elaboração de textos, relatórios, monografias e artigos científicos; Atendimento extraclasse pelos professores; Atendimento extraclasse por monitores de ensino; Realização de pesquisa bibliográfica (em livros e artigos de conferências e periódicos) na biblioteca da instituição e em recursos disponíveis através da Internet (como o Portal CAPES); Utilização de ambientes virtuais de aprendizagem e outras ferramentas; Realização de estágios; Visitas técnicas; Realização de Atividades Complementares; Participação em monitorias de ensino (com o acadêmicos atuando como agente difusor do conhecimento); Participação em

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 18

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 18

projetos de ensino, pesquisa e extensão, sob orientação de docentes do Curso; Participação em programas de Iniciação Científica; Participação em eventos técnicos e/ou científicos (como palestras, seminários, jornadas, minicursos, encontros, fórum, congressos, entre outros); Participação em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional; Participação na organização de eventos técnicos e/ou científicos locais; Participação em cursos de línguas estrangeiras (oferecidos pela UFMS); Participação em eventos culturais; Participação em atividades de extensão de caráter social e comunitário.

O ensino e aprendizagem em rede configuram-se por premissas fundamentadas seguindo o pensamento de Pontes (2010), em que a educação tecnológica pode se dar pelo diálogo, em oposição à transmissão e à verticalização assimétrica dos conteúdos e do conhecimento; predominância da ação colaborativa e cooperativa entre os sujeitos sob à individualizada; aprendizagem que leve ao trabalho reflexivo, ao invés de mero acúmulo de informações; a comunicação em rede deve voltar-se à convivência e não ao isolamento individualista; e, enfim, a compreensão de uma educação a distância transformadora em vez de uma atividade reprodutora de conhecimentos que não tem compromisso com a mudança da realidade dos educandos.

Para que haja a articulação e a mediação do conhecimento, o desenvolvimento do Curso dar-se-á por meio do Ambiente de Aprendizagem Virtual **Moodle**, em que os estudantes terão acesso aos materiais das disciplinas, bem como as orientações e atividades a serem realizadas. Serão agendados encontros presenciais e encontros síncronos e assíncronos a distância, por meio de ferramentas de interação síncrona por vídeo, webconferências, videoaulas, **chats**, e-mails, grupos de mensagens instantâneas para que possibilitemos a interlocução entre estudantes/trabalhadores, professores e tutores.

Em se tratando de conhecimento, o consideramos como fruto de um processo dinâmico e permanente de criação e recriação dos saberes acumulados historicamente pela humanidade. A categoria Trabalho baliza a construção curricular e tem como horizonte possibilitar aos trabalhadores o seu reconhecimento como Sujeito Histórico.

A centralidade do Trabalho é compreendida como práxis fundante na formação e na reprodução do ser social. As vivências e os conhecimentos acumulados pelos educandos trabalhadores são pontos de partida para a construção de novos conhecimentos. Ou seja, é a partir da práxis dos sujeitos que o percurso formativo desencadeia um processo de investigação, interpretação crítica da realidade, articulando as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

Neste sentido, considerando a essencial relação teoria e prática, a organização do Curso prevê disciplinas de Práticas a serem desenvolvidas ao longo do Curso, quais sejam:

- Didática e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar I;
- Didática e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar II;
- Pesquisa e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar I;
- Pesquisa e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar II.

Pretende-se que o processo de ensino e de aprendizagem possibilite aos profissionais da educação desenvolver a capacidade de análise crítica, do ponto de vista dialético, por meio de uma abordagem integrada de temas e conteúdos gerais e específicos, de forma contextualizada, pois "apreender o sentido dos conteúdos de ensino implica reconhecê-los como conhecimentos construídos historicamente e que constituem, para o trabalhador, em pressupostos, a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo de investigação e compreensão do real" (RAMOS, 2005).

Assim, o processo de ensino e de aprendizagem não é organizado a partir de/ou em função das disciplinas, mas é desencadeado por áreas, temas e

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 19

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 19

conteúdos que comportam os aspectos sociais e culturais que são produzidos historicamente, interagindo com a vida concreta dos alunos/trabalhadores.

Nesse sentido, a educação integral dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação pressupõe a formação superior não como o domínio de uma ou mais técnicas, que tem como objetivo apenas satisfazer interesses práticos imediatos. Tem-se como perspectiva a formação humana em contraposição à formação pautada na lógica do mercado. Ou seja, a investigação da realidade, a sistematização e a socialização de conhecimentos, cuja apropriação e problematização de seus aspectos contraditórios, devem contribuir para que os trabalhadores reflitam sobre a possibilidade humana (liberdade) de transformação do real, refutando a ideia fatalista e naturalizadora das relações sociais vigentes.

Neste processo de construção de novos conhecimentos, é necessário considerar as inúmeras dimensões da formação dos alunos/trabalhadores. Significa recolocar a formação superior dentro de uma perspectiva de formação inicial, mas ao mesmo tempo continuada, reafirmando-a como direito dos trabalhadores.

O curso também buscará metodologias para atendimento de alunos com transtorno do Espectro Autista conforme Lei Federal nº 12.764/2012, alunos com surdez, considerando a Lei Federal 10.436/2002, as deficiências e demais condições limitantes com base na Lei Federal 13.146/2015 e demais normativas que promovam a inclusão do público elegível à educação especial: deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Deverão ainda ser observadas as orientações emanadas da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (DIAAF/PROAES). Poderão ser utilizadas metodologias diferenciadas para este público, quando necessário, tais como:

1. Monitoria, em turno diferente das aulas regulares, para aprofundamento dos conteúdos trabalhados em sala;
2. Intérprete de Língua Brasileira de Sinais aos alunos surdos usuários dessa língua;
3. Ledor e audiodescritor, para cegos;
4. **Softwares** específicos para pessoas com deficiências e ou transtornos;
5. Outros recursos necessários ao desenvolvimento desse alunado, em conformidade com as orientações oriundas de seu processo de avaliação que apontará as condições e respectivas intervenções pedagógicas.

Os recursos, as metodologias, incluindo a avaliação, serão definidas a partir das indicações da Diaaf, em conformidade com a legislação vigente. Indica-se a formação dos docentes quando se fizer necessário para o atendimento a este público considerando a sua diversidade. A monitoria é indicada para os acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, entretanto, deve-se ressaltar que a legislação prevê atendimento educacional especializado, que deve ser realizado por profissional especializado, que deverá ser solicitado pela coordenação em articulação com a Diaaf.

5.7. AVALIAÇÃO

O processo de verificação da aprendizagem discente contemplará a investigação, a sistematização e a produção do conhecimento científico, por meio das diversas estratégias pedagógicas. O aproveitamento da aprendizagem será verificado, em cada disciplina, contemplando o rendimento do acadêmico durante o período letivo, em face aos objetivos constantes no Plano de Ensino.

A avaliação se dará de forma processual que se dará por meio de provas objetivas ou dissertativas, a participação do(a) acadêmico(a) nas aulas, interação, e envolvimento frente as demais atividades propostas pelo Curso, tais como projetos, seminários, palestras, eventos, relatórios, memoriais, portfólios, bem como por meio de outras ferramentas, com vistas a verificação da efetivação dos objetivos do PPC do Curso e ao perfil almejado para o formando.

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 20

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 20

Ações concretas serão adotadas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas, tais como:

- formação de grupos de estudos que compartilhem experiências e conhecimentos, no exercício da autonomia para o estudo.
- acompanhamento docente, individual e específico, para os/as alunos/as que apresentarem maiores dificuldades no processo de ensino e aprendizagem;
- projetos de incentivo à iniciação científica, mediante a inserção, desde o início do Curso, em grupos de pesquisa coordenados por professores/as com a finalidade de potencializar a capacidade de estudar textos científicos, debater, argumentar e redigir textos acadêmicos e científicos;
- ações que facilitem a participação discente em eventos científicos com apresentação de trabalhos e a publicação em periódicos científicos.

Aos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades ou superdotação a avaliação se dará em conformidade com a legislação vigente e com as orientações advindas da DIAAF após avaliação substanciada das necessidades do acadêmico.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 47, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 35, Coun, de 13 de maio de 2011, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

a) Em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
b) Em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14, do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, o Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos.

Ainda de acordo com o Regimento da UFMS, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: I - no mínimo quatro e no máximo seis representantes docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior, eleitos pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução; e II - um representante discente, regularmente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Centro Acadêmico ou em eleição direta coordenada pelos estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - garantir que haja coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas do curso com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; II - deliberar sobre normas, visando à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular com o perfil do profissional objetivado pelo curso; III - deliberar sobre as solicitações de aproveitamento de estudos; IV - deliberar sobre o plano de estudos elaborado pelo Coordenador de Curso; V - deliberar, em primeira instância, sobre o Projeto Pedagógico do Curso; VI - manifestar sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de curso ou de habilitação; e VII - deliberar, em primeira instância, sobre projetos de ensino.

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 21

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg 21

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019 , Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;

V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Segundo o art. 52-A. O Coordenador de Curso de Graduação na modalidade a distância será um dos membros docentes do Colegiado de Curso, eleito pelos docentes da Carreira do Magistério Superior da UFMS, que ministram disciplinas ao Curso, obedecida a proporcionalidade docente estabelecida em lei, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador de Curso de Graduação a distância deverá ser professor, com o título de Mestre ou Doutor, com formação específica na área de graduação ou de pós-graduação **stricto sensu**, correspondente às finalidades e aos objetivos do Curso, lotado na Unidade de Administração Setorial de oferecimento do Curso e indicado pelo Diretor da Unidade de Administração Setorial.

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2020. Disponível pelo link: https://www.ufms.br/manual-de-competencias/.

O controle acadêmico encontra-se atualmente informatizado e disponibilizado aos professores e às Coordenações de cada curso de graduação. O acesso ao Sistema de Controle Acadêmico e Docente (Siscad) funciona como um diário eletrônico com senha própria e acesso através de qualquer computador ligado à Internet. Nele, os professores lançam o plano de ensino de cada disciplina, o calendário de aulas, ausências e presenças, o critério e fórmula de cálculo das diferentes avaliações e o lançamento de notas e conteúdos.

O sistema Siscad permite a impressão de listas de chamada ou de assinatura na forma do diário convencional, o quadro de notas parcial ou final do período letivo e a ata final, com a devida emissão do comprovante, é enviada eletronicamente para a Divisão de Controle Escolar (Dice), divisão subordinada à Coordenadoria de Administração Acadêmica (CAA), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (Prograd), responsável pela orientação e acompanhamento das atividades de controle acadêmico, como execução do controle e a manutenção do

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 22

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 22

sistema de controle acadêmico, conferência dos processos de prováveis formandos e autorização da colação de grau.

Havendo diligências no processo de colação como falta de integralização curricular, ou pendência em relação às obrigações do acadêmico perante à instituição, o processo volta para a Unidade de Origem, que é responsável por preparar os documentos para cerimônia de colação de grau, não havendo pendências em relação às suas obrigações perante a instituição, a mesma ata é impressa e, depois de assinada, é arquivada eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para eventual posterior comprovação.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do Curso, por meio dos seguintes relatórios:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o Curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais, título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual com a média geral do Curso.

É disponibilizado ainda neste Sistema, um programa específico para verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela Coac, dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessários às reuniões dos Colegiados de Curso, providenciar a publicação das Resoluções homologadas nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os coordenadores de curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do Curso, bem como, distribuição de disciplina, aprovação dos planos de ensino, entre outros é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso, o Colegiado de Curso, bem como a coordenação acompanha o desenvolvimento do PPC para que todas as componentes curriculares sejam atendidas.

A Faculdade de Educação se responsabilizará pela organização e orientação do pessoal técnico-administrativo, que executará as atividades relacionadas ao Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, nos respectivos polos.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS e das atividades dirigidas aos estudantes. O desenvolvimento de políticas está organizado em três eixos: atenção ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, integração estudantil e assistência à saúde, e incentivo ao desenvolvimento profissional.

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 23

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 23

Estão vinculadas à Proaes: a Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) e a Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão (CDPI). A CAE é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três divisões: Divisão de Assistência ao Estudante (Diase): é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas e projetos de assistência estudantil. Esta divisão estrutura-se em duas seções: Seção de Atendimento ao Estudante (Seae): é a unidade responsável pelo atendimento e orientação aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil. Seção de Acompanhamento dos Auxílios (Seaa): é a unidade responsável pelo acompanhamento na execução dos auxílios de assistência estudantil. Divisão de Alimentação (Diali): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção a alimentação dos estudantes da UFMS. Divisão de Saúde (Disau): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da UFMS. A CDPI é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e estratégias relacionadas às ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes. Está estruturada em três divisões: Divisão de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Didep): é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação relativos a estágio. Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf): é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras visando à inclusão dos estudantes na UFMS. Esta divisão estrutura-se em três seções: Seção de Acessibilidade (Seace): é a unidade responsável pela execução e acompanhamento da política de acessibilidade no âmbito da UFMS. Seção de Ações Afirmativas e Monitoramento de Cotas (Seafi): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam políticas afirmativas na UFMS. Seção de Libras (Selib): é a unidade responsável pelo gerenciamento do serviço de interpretação em Libras, pela execução e acompanhamento das políticas de acessibilidade para Surdos no âmbito da UFMS. Divisão de Integração (DIINT): é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e pela sua integração na vida universitária bem como pela articulação com instituições de representação discente visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil. No âmbito de cada Câmpus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela Proaes/RTR, os discentes recebem orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais.

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) é a unidade responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, supervisão e avaliação das atividades de extensão, cultura e esporte na Universidade.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propp) é a unidade ligada à pesquisa e pós-graduação no âmbito da UFMS, oferece mediante edital anual, vagas aos cursos de pós-graduação **lato sensu** e **stricto sensu** e bolsas de iniciação científica aos acadêmicos que se inscrevem para essa atividade, mediante elaboração de um plano de trabalho vinculado a um projeto de pesquisa coordenado por um docente do Curso.

A Pró-Reitoria de graduação (Prograd) por meio da **Mobilidade Acadêmica** possibilita aos estudantes vinculados à UFMS cursarem disciplinas em outras Unidades da UFMS, ou em Instituições de Ensino Superior em nível estadual, nacional e internacional, oportunizando a complementação de seus estudos e enriquecer a sua formação, não só por meio dos componentes curriculares, mas

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 24

também pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes e com as diversidades regionais do nosso país.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos acadêmicos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento.

O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Seção de Psicologia da Proaes para o atendimento psicológico e outras providências. No caso da necessidade de acompanhamento psicopedagógico, a coordenação do Curso solicitará ao setor competente as medidas cabíveis para orientação psicopedagógica ao discente, conforme necessidade.

Os acadêmicos do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais, quanto por meio de cartazes, e-mails e redes sociais. Os acadêmicos e egressos também são estimulados a participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos acadêmicos são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

O Curso manterá uma base de dados sobre informações dos egressos, de forma a acompanhar a atuação destes e avaliar o impacto do Curso na sociedade local e regional. Incentiva-se a participação de egressos nas atividades acadêmico-artísticas realizadas pelo Curso. Ainda quanto à atenção aos discentes, a UFMS dispõe de várias modalidades de bolsas disponíveis, dentre elas: a Bolsa Permanência que visa estimular a permanência do acadêmico no Curso e cujos critérios de atribuição são socioeconômicos; a Bolsa Alimentação para as Unidades que não contam com Restaurante Universitário.

Além destes auxílios, são desenvolvidos os seguintes Projetos no âmbito da instituição: Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, Brinquedoteca, atendimento e apoio ao acadêmico, nutrição, fisioterapia e odontologia, inclusão digital, incentivo à participação em eventos, passe do estudante, recepção de calouros, suporte instrumental. Existem ainda, outras modalidades de bolsas na UFMS que estimulam a participação do acadêmico em ações de extensão, ensino e pesquisa, como bolsas de monitoria de ensino de graduação, Programa de Educação Tutorial (PET), bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e bolsas de extensão. Nos últimos anos tem sido verificada carência na formação básica dos discentes, especialmente em língua portuguesa, química e matemática, o que dificulta o processo ensinoaprendizagem. Objetivando minimizar esse problema, Cursos de Nivelamento em Matemática, Língua Portuguesa e Química serão oferecidos via Projeto de Ensino de Graduação (PEG), obedecendo a Resolução vigente. Tais Cursos de Nivelamento serão oferecidos aos discentes, em horário extracurricular, no primeiro semestre de cada ano e/ou em período especial, via Sistema de Ensino a Distância da UFMS. Além disso, de acordo com a necessidade e ao longo do Curso, reforço pedagógico será aplicado por meio de monitorias nas disciplinas curriculares.

7. CURRÍCULO

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 25

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 25

Anexo da Resolução nº 196, Cograd, de 5 de agosto de 2020.

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL	
Administração Educacional: Sistemas e Instituições	51
Avaliação Educacional da Educação Básica	51
Cultura, Arte e Educação	68
Currículos e Programas para a Educação Básica	68
Educação Especial	51
Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena	51
Educação e Trabalho Como Princípio Educativo	68
Educação, Comunicação e Mídias	51
Educação, Direitos Humanos e Diversidade	51
Estudo de Libras	51
Fundamentos Filosóficos e Históricos da Educação	68
Gestão Democrática da Educação, dos Sistemas de Ensino e das Instituições	68
Língua Portuguesa: Leitura, Escrita e Interação	68
Microbiologia de Alimentos	51
Pesquisa Educacional: Métodos e Técnicas	51
Sociedade, Cultura e Educação de Crianças, Jovens e Adultos	51
Sociedade, Educação e Cultura	68
Teorias da Administração e Educação	51
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS	
Alimentação Escolar e a Instituição Educativa Como Local de Trabalho	68
Alimentação Escolar: Gestão, Planejamento, Licitação e Organização	68
Educação Ambiental	51
Educação, Ciências dos Alimentos e Controle de Qualidade	51
Estatística e Indicadores de Alimentação Escolar	51
Financiamento da Educação Básica: Políticas e Programas	51
Legislação e Higiene na Manipulação de Alimentos	51
Nutrição e Educação: Teorias, Consumo, Conservação e Utilização Biológica dos Alimentos	68
Planejamento Educacional, Licitação e Processos de Trabalho em Alimentação Escolar	51
Psicologia e Educação	51
Relações Interpessoais nas Instituições Educativas	51
Sistemas de Comunicação, Informação e Aplicativos em Alimentação Escolar	51
NÚCLEO DE DIMENSÃO PRÁTICA	
Didática e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar I	51
Didática e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar II	51

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 26
10/08/2020 Nº 7351 Pg. 26

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
NÚCLEO DE DIMENSÃO PRÁTICA	
Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar I	102
Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar II	102
Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar III	102
Pesquisa e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar I	51
Pesquisa e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar II	51
Prática Científica	51
COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
O estudante poderá cursar componentes curriculares optativas, do rol abaixo ou em qualquer Unidade da Administração Setorial (Art. 54. da Resolução n°550/2018-Cograd)	
Educação Indígena	51
Educação, Saúde e Nutrição para a Infância	51
Gestão Escolar	68
Leitura e Produção de Texto	68
Políticas Públicas Sociais	51

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
I (ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	200
IV (TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	68
V (Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2021-1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Educação e Trabalho Como Princípio Educativo	68					68
Fundamentos Filosóficos e Históricos da Educação	68					68
Língua Portuguesa: Leitura, Escrita e Interação	68					68
Planejamento Educacional, Licitação e Processos de Trabalho em Alimentação Escolar	51					51
Psicologia e Educação	51					51
Sociedade, Educação e Cultura	68					68
Teorias da Administração e Educação	51					51
SUBTOTAL	425	0	0	0	0	425

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 27

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 27

Anexo da Resolução nº 196, Cograd, de 5 de agosto de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
2º Semestre						
Administração Educacional: Sistemas e Instituições	51					51
Didática e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar I	51					51
Educação, Ciências dos Alimentos e Controle de Qualidade	51					51
Educação Especial	51					51
Financiamento da Educação Básica: Políticas e Programas	51					51
Gestão Democrática da Educação, dos Sistemas de Ensino e das Instituições	68					68
Relações Interpessoais nas Instituições Educativas	51					51
SUBTOTAL	374	0	0	0	0	374
3º Semestre						
Alimentação Escolar e a Instituição Educativa Como Local de Trabalho	68					68
Cultura, Arte e Educação	68					68
Didática e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar II	51					51
Educação, Comunicação e Mídias	51					51
Estatística e Indicadores de Alimentação Escolar	51					51
Estudo de Libras	51					51
Nutrição e Educação: Teorias, Consumo, Conservação e Utilização Biológica dos Alimentos	68					68
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408
4º Semestre						
Educação Ambiental	51					51
Educação, Direitos Humanos e Diversidade	51					51
Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar I	102					102
Microbiologia de Alimentos	51					51
Pesquisa Educacional: Métodos e Técnicas	51					51
Sistemas de Comunicação, Informação e Aplicativos em Alimentação Escolar	51					51

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 28

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 28

Anexo da Resolução nº 196, Cograd, de 5 de agosto de 2020.

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
4º Semestre						
Sociedade, Cultura e Educação de Crianças, Jovens e Adultos	51					51
SUBTOTAL	408	0	0	0	0	408
5º Semestre						
Alimentação Escolar: Gestão, Planejamento, Licitação e Organização	68					68
Avaliação Educacional da Educação Básica	51					51
Currículos e Programas para a Educação Básica	68					68
Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar II	102					102
Legislação e Higiene na Manipulação de Alimentos	51					51
Pesquisa e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar I	51					51
Prática Científica	51					51
SUBTOTAL	442	0	0	0	0	442
6º Semestre						
Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena	51					51
Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar III	102					102
Pesquisa e Prática Pedagógica em Alimentação Escolar II	51					51
SUBTOTAL	204	0	0	0	0	204
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						0
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	0
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
I (Acs-nd) Atividades Complementares						200
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso						68
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	268
TOTAL	2261	0	0	0	0	2529

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br

Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 29

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 29

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)

PRÉ-REQUISITOS

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
NÃO SE APLICA	

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Por ser um curso novo não há tabela de equivalência.

7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar estão lotadas na Faculdade de Educação.

7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL: SISTEMAS E INSTITUIÇÕES: Identificação das informações e respectivo fluxo existente nas organizações; Necessidade, utilidade e aproveitamento de informações na gerência; Integração sistêmica das comunicações no processo de gestão. Os sistemas e métodos empregados pela administração educacional. Bibliografia Básica: Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças De. **Administração de Processos** Conceitos, Metodologias, Práticas. 5. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online Isbn 9788522485321. Garcia, Walter E. **Administração Educacional em Crise.** 2. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Cortez: 2001. 118 P. (Coleção Questões da Nossa Época ; 12). Isbn 85-249-0826-2. Hoy, Wayne K. **Administração Educacional** Teoria, Pesquisa e Prática. 9. Porto Alegre Amgh 2015 1 Recurso Online Isbn 9788580554953. Bibliografia Complementar: Brasil. Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. **Administração Educacional:** um Estudo Teorico-critico. Brasília, Df: Mec, 1979. 61 P. (Documento; 30). Lacerda, Beatriz Pires De. Administração Escolar. 2. Ed. São Paulo, Sp: Pioneira, 1977. Niskier, Arnaldo. Administração Escolar. 2. Ed. Porto Alegre, Rs: Tabajara, 1969. Paro, Vitor Henrique. **Administração Escolar:** Introdução Critica. 7. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1996. 175 P. Isbn 85-249-0061-x. Martins, José do Prado. Administração Escolar: Uma Abordagem Crítica do Processo Administrativo em Educação. São Paulo, Sp: Atlas, 1991.

- ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A INSTITUIÇÃO EDUCATIVA COMO LOCAL DE

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg 30

TRABALHO: Aspectos fisiológicos e culturais da alimentação nas diferentes fases da vida e na escola. Demanda energética em cada faixa etária, demanda sociocultural e regionalismo alimentar. Higiene pessoal, no lar, dos alimentos, dos utensílios, do local de trabalho e dos equipamentos. Utilização de receitas, pesos e medidas. Ambiência, composição e organização da área de alimentação na escola. Bibliografia Básica: Mota, Denise Giacomo Da. Educação Nutricional: Tenha Uma Alimentação Saudável. 2. Ed. São Paulo:ibrasa, 2010. Ayres, Dennis de Oliveira. **Manual de Prevenção de Acidentes de Trabalho.** 3. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online Isbn 9788597013092. Poulain, Jean-pierre. **Sociologias da Alimentação:** os Comedores e o Espaço Social Alimentar. Florianópolis, Sc: Ed. da Ufsc, 2004. 310 P. (Nutrição). Bibliografia Complementar: Moraes, Francisco De. Empresas-escola: Educação para o Trabalho Versus Educação pelo Trabalho. São Paulo: Senac, 2010. Minozzo, Edson Leandro; Avila, Ednaildes Pereira De. Escola Segura: Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros. Porto Alegre: Age, 2006. França, Ana Cristina Limongi. **Qualidade de Vida no Trabalho – Qvt** Conceitos e Práticas nas Empresas da Sociedade Pós-industrial. 2ª. São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522478514. Lara Fonseca, Adriana; Lopes, José Dermeval Saraiva. Segurança Alimentar em Restaurantes e Lanchonetes: Treinamento de Manipuladores de Alimentos. Belo Horizonte: Cpt, 2004.Germano, Maria Izabel Simões. Treinamento de Manipuladores de Alimentos: Fator de Segurança Alimentar e Promoção da Saúde. 1. Ed. Brasília: Varela, 2003.

- ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: GESTÃO, PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Gestão na alimentação escolar: centralização, descentralização, semi-descentralização, terceirização. Nutrição na alimentação escolar. Planejamento e compras. Bibliografia Básica: Teixeira, Suzana Maria Ferreira Gomes. **Administração Aplicada Às Unidades de Alimentação e Nutrição.** São Paulo, Sp: Atheneu, 2007. 219 P. Isbn 85-7379-251-5. Baily, Peter. **Compras:** Princípios e Administração. São Paulo, Sp: Atlas, 2000. 471 P. : Il Isbn 85-22-2343-1. Arretche, M. T. S. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000. Bibliografia Complementar: Triches, Rozane Márcia; Teo, Carla Rosane Paz Arruda. Alimentação Escolar: Construindo Interfaces entre Saúde, Educação e Desenvolvimento. Chapecó, Sc: Argos, 2016. Ambrósio, Teresa Cristina. Alimentos Regionais Brasileiros. Ministério da Saúde, 2002. Mota, Denise Giacomo Da. Educação Nutricional: Tenha Uma Alimentação Saudável. 2. Ed. São Paulo: Ibrasa, 2010. Oliveira, M. E. N. Gestão Escolar e Políticas Públicas Educacionais um Embate entre o Prescrito e o Real. Curitiba: Appris, 2013 (Coleção Educação).Almeida-muradian, Ligia Bicudo De; Penteado, Marilene de Vuono Camargo. **Vigilância Sanitária:** Tópicos sobre Legislação e Análise de Alimentos. Rio de Janeiro, Rj: Guanabara Koogan, 2007. 203 P. (Ciências Farmacêuticas). Isbn 978-85-277-1339-9.

- AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA: As diversas concepções teóricas e práticas da avaliação, funções e objeto da avaliação sob diversos olhares. Contextualização histórica da avaliação educacional considerando os diferentes enfoques: classificatória, democrática, mediadora e formativa. A sistemática de avaliação nos níveis federal, estadual e municipal e os programas e experiências contemporâneas de avaliação institucional. Bibliografia Básica: Vasconcellos, C. S. Avaliação: Concepçãodialética de Avaliação-libertadora do Processo de Avaliação Escolar. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1992. Luckesi, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 4. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1996. 180 P. Isbn 85-249-0550-6. Hoffmann, Jussara. **Avaliação Mediadora:** Uma Prática em

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 31

Construção da Pré-escola à Universidade. 24. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2005. 155 P. Isbn 85-87063-09-x. Bibliografia Complementar: Libâneo, José; a Prática Pedagógica de Professores da Escola Pública. São Paulo: Cortez, 1985. Delgado, Adriana Patrício. Avaliação Escolar: Vários Enfoques e Uma Só Finalidade - Melhorar a Aprendizagem. Jundiaí, Sp: Paco Editorial, 2015. Almeida, Fernando José de e Franco, Mônica Gardelli. Avaliação para Aprendizagem – o Processo Avaliativo para Melhorar o Desempenho dos Alunos. São Paulo: Ática, 2011. Fernandes, D. Avaliar para Aprender: Fundamentos, Práticas e Políticas. São Paulo: Unesp. 2009.Gadotti, M. Uma Escola para Todos os Caminhos da Autonomia Escolar. Petrópolis: Vozes, 1991.

- CULTURA, ARTE E EDUCAÇÃO: A arte no currículo escolar. Conceitos de cultura, arte e educação. Fundamentos estéticos e artísticos. Atividades que envolvem a imaginação e criatividade na criação das diversas modalidades artísticas. A cultura como fator de condicionamento da visão de mundo dos indivíduos. Direitos humanos, sociedades humanas e formas diferenciadas de participação na cultura. Promoção de eventos que incentivem exposição, apresentação e incentivo a produção artística. Bibliografia Básica: Barbosa, Ana Mae Tavares Bastos (Org.). **Arte/Educação Contemporânea:** Consonâncias Internacionais. 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2008. 432 P. Isbn 85-249-1109-3. Certeau, Michel De. **a Cultura no Plural.** Campinas, Sp: Papirus, 1995. 253 P. (Coleção Travessia do Século). Isbn 8530803302. Laraia, Roque de Barros. Cultura, um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar. 1999. Bibliografia Complementar: Barbosa, Ana Mae Tavares Bastos. **Arte/Educação Contemporânea:** Consonâncias Internacionais. 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez Editora, 2008. 432 P. Isbn 978-85-249-1109-5. Velho, Gilberto. Arte e Sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. Novaes, Adauto. **o Olhar.** São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1990. 495 P. Isbn 85-7164-003-3. Pareyson, Luigi. **os Problemas da Estética.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 1989. 180 P. (Ensino Superior). Morin, Edgar. **os Sete Saberes Necessários a Educação do Futuro.** 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2001. 118 P. Isbn 85-249-0741-x.

- CURRÍCULOS E PROGRAMAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: Teorias do currículo e modelos de organização curricular. Paradigmas curriculares. Fundamentos e perspectivas de elaboração, execução e avaliação do currículo. A incursão da escola no mundo globalizado e a importância do currículo e dos programas para a educação básica. Bibliografia Básica: Giroux, Henry A. **Cruzando as Fronteiras do Discurso Educacional:** Novas Políticas em Educação. Porto Alegre, Rs: Artmed, 1999. 298 P. Isbn 85-7307-566-x Moreira, Antonio Flavio Barbosa; Silva, Tomaz Tadeu Da. **Currículo, Cultura e Sociedade.** 8. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2005. 154 P. Isbn 85-249-0546-8. Apple, Michael W. **Ideologia e Currículo.** 3. Ed. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2006-2008. 288 P. (Biblioteca Artmed) Isbn 85-363-0598-3. Bibliografia Complementar: Moreira, Antônio Flavio Barbosa. Currículos e Programas no Brasil. [18. Ed.]. Campinas, Sp: Papirus, 2014-2015. 192 P. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Goodson, Ivor. **Currículo:** Teoria e História. 3. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999. 140 P. (Ciências Sociais da Educaçao) Isbn 85-326-1428-0 Gimeno Sacristán, José. **o Currículo:** Uma Reflexão sobre a Prática. 3. Ed. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2008. 352 P. (Biblioteca Artmed. Fundamentos da Educação). Isbn 9788573073768. Silva, Tomaz Tadeu Da; Moreira, Antônio Flávio (Orgs). Territórios Contestados: o Currículo e os Novos Mapas Políticos. 3ª Ed. Petropólis, Rj: Vozes, 1995.

- DIDÁTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR I:

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 32

Atividades observacionais e diagnósticas da escola. Possibilidades teóricas e práticas no campo pedagógico, por meio de experiências de aprendizagem contextualizadas e flexibilizadas pela prática social. Elementos do currículo da Educação Básica relacionados à Alimentação Escolar. Bibliografia Básica: Candau, Vera Maria (Et All). Didática, Currículo e Saberes Escolares. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001 Souza, Fátima. História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo. São Paulo: Cortez, 2008Boog, Maria Cristina Faber. o Professor e a Alimentação Escolar: Ensinando a Amar a Terra e o que a Terra Produz. Barueri, Sp: Komedi, 2008. Bibliografia Complementar: Triches, Rozane Márcia; Teo, Carla Rosane Paz Arruda. Alimentação Escolar: Construindo Interfaces entre Saúde, Educação e Desenvolvimento. Chapecó, Sc: Argos, 2016. Teixeira, Edival. Ciclos de Aprendizagem: Trajetória e Fundamentos. Curitiba: Editora Ufpr, 2008. Paiva, Vanilde. História da Educação Popular no Brasil. São Paulo . Editora Loyola, 2003 Jesus, Antonio Tavares. o Pensamento e a Prática Escolar em Gramsci.2 Ed. Campinas. Sp. Autores Associados. 2005.Hernández, F.; Ventura, Montserrat. **a Organização do Currículo por Projetos de Trabalho:** o Conhecimento É um Caleidoscópio. 5. Ed. Porto Alegre, Rs: Penso, 1998-2009. 198 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 9788584290932.

- DIDÁTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR II: Princípios teóricos e metodológicos da organização do trabalho pedagógico e sua relação com a alimentação escolar. O papel do tecnólogo em Alimentação escolar e a mediação pedagógica. Vivências e práticas na instituição escolar. Bibliografia Básica: Candau, Vera Maria. Didática, Currículo e Saberes Escolares (Org.). Rio de Janeiro: Dp&A, 2001. 2ª. Ed. Candau, Vera Maria (Org.). **a Didática em Questão.** 31. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2011. 127 P. Isbn 978-85-326-0093-6. Brousseau, Guy. **Introdução ao Estudo das Situações Didáticas:** Conteúdos e Métodos de Ensino. São Paulo: Ática, 2008. 128 P. (Série Educação em Ação) Isbn 978-85-08-11966-0. Bibliografia Complementar: Gimeno Sacristán, José; Pérez Gómez, Angel I. **Compreender e Transformar o Ensino.** [4. Ed.]. Porto Alegre, Rs: Artmed, 1998-2007. 396 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 85-7307-374-8. Libaneo, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1992. Gasparin, João Luíz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-crítica.** 4. Ed. Rev. e Ampl. Campinas, Sp: Autores Associados, 2007. 196 P. (Educação Contemporânea). Isbn 8574960543. Castro, Amelia Domingues De. **Ensinar a Ensinar** Didática para a Escola Fundamental e Média. São Paulo Cengage Learning 2012 1 Recurso Online Isbn 9788522114009. Wachowicz, Lílian Anna. Pedagogia Mediadora. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.

- EDUCAÇÃO AMBIENTAL: História e filosofia da Educação Ambiental: linha do tempo, princípios, bases filosóficas e diretrizes. Conceitos de Educação Ambiental. A questão ambiental e as políticas públicas. Princípios e Práticas da educação ambiental. A prática da Educação Ambiental em diferentes contextos. Ética ambiental e movimentos socioculturais. A formação do sujeito ecológico. Bibliografia Básica: Tristão, M. a Educação Ambiental na Formação de Professores: Rede de Saberes. São Paulo: Annablume, 2004. Carvalho, Isabel. Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006 Dias, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental:** Principios e Praticas. 2. Ed. São Paulo, Sp: Gaia, 1993. 400 P. Isbn 85-8535-009-8. Brügger, P., Educação ou Adestramento Ambiental? Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994. Brasil, Ministério da Educação e do Desporto, Lei Nº. 9.795 de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Dá Outras Providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, N. 79, 28 Abr. 1999. Bibliografia Complementar: Cavalcanti, C. (Org) Desenvolvimento e

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 33

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 33

Natureza: Estudos para Uma Sociedade Sustentável. 3 a São Paulo: Cortez Editora, 2001. Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. S. De. Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania. 3º Ed São Paulo: Cortez 2005. Galiazzi, Maria do Carmo; Freitas, José Vicente De. **Metodologias Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental.** 2. Ed. Ijuí, Rs: Ed. Unijuí, 2007. 216 P. (Educação em Ciências) Isbn 978-85-7429-586-2 Heemann, A. Natureza e Ética: Dilemas e Perspectivas Educacionais. 2ª Ed. Curitiba, Pr: Editora da Ufpr, 1998. Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. S. De. Sociedade e Meio Ambiente: a Educação Ambiental em Debate. 4º Ed São Paulo: Cortez 2006.

- EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS DOS ALIMENTOS E CONTROLE DE QUALIDADE: A educação ambiental e a educação nutricional como práticas educativas. Segurança alimentar e nutricional nos aspectos da cultura; redução de desperdício. Higiene e seguridade. Controles em cozinhas e ambientes de manipulação. Bibliografia Básica: Silva, Gleucia Carvalho; Pereira, Luciane; Pinheiro, Andrea Nunes. Alimentos Seguros: Higiene e Controles em Cozinhas e Ambientes de Manipulação. São Paulo: Senac, 2010 Ferrari, Mário. Curso de Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho. Salvador: Juspodivm, 2009Poulain, Jean-pierre. Sociologias da Alimentação. Florianópolis: Editora Ufsc, 2004. Bibliografia Complementar: Mota, Denise Giacomo Da. Educação Nutricional: Tenha Uma Alimentação Saudável. 2. Ed. São Paulo: Ibrasa, 2010. Mattos, Ubirajara A. de O. Higiene e Segurança do Trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011 Fernandes, Laudirege. Merenda Escolar: Direito a Alimentação e Fruição do Direito a Educação. Alagoas: Edufal, 2009. Maluf, R. S. J. Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos Fundamentais. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007.Germano, Maria Izabel Simões. Treinamento de Manipuladores de Alimentos: Fator de Segurança Alimentar e Promoção da Saúde. Brasília: Varela, 2003.

- EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MÍDIAS: Abordagens teóricas e metodológicas de mídia e educação e sua contextualização histórica. A mídia na vida social e cultural (dos meios de comunicação de massa à convergência TV-Internet e expectativa do mundo interativo). Mídia e mediações. Processos de produção e recepção de TV, vídeo, cinema, internet e interfaces com educação. Linguagens midiáticas e modos de aprender. Mídia e escola: funções e perspectivas. Educação ambiental: a utilização da comunicação como ferramenta de sensibilização. Bibliografia Básica: Citelli, A. Comunicação e Educação: a Linguagem em Movimento. São Paulo: Senac, 2004. Belloni, Maria Luiza. o que É Mídia-educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.Bourdieu, Pierre. **o Poder Simbólico.** Rio de Janeiro, Rj: Bertrand Brasil, [1989]. 311 P. (Memória e Sociedade). Isbn 972-29-0014-5. Bibliografia Complementar: Girardello, Gilka. Autoria Narrativa Infantil, Mídia-educação e Novos Letramentos: um Percurso de Pesquisa. Revista Educação On-line Puc-rio, N. 11, P. 73–88, 2012. Rivoltella, Pier Cesare. Crianças na Era Digital: Desafios da Comunicação e da Educação. Revista de Estudos Universitários, V. 36, N. 1, 2010. Costa, Cristina. Educação, Imagem e Mídias. São Paulo: Cortez, 2005. Fantin, Monica; Girardello, Gilka (Orgs.): Liga, Roda, Clica: Estudos em Mídia, Cultura, Infância. Campinas: Papirus, 2008.Fantin, Monica: Mídia-educação: Conceitos, Experiências, Diálogos Brasil-itália. Florianópolis, Cidade Futura, 2006.

- EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA: Concepção do tempo e espaço nas culturas distintas: afrodescendentes e indígenas. Aspectos conceituais, históricos e políticos das relações étnico-raciais no Brasil. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Discussão sobre o racismo e o preconceito na sociedade e na escola. Direitos

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 34

humanos e diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais. A legislação brasileira e o direito de igualdade racial: avanços e perspectivas. Bibliografia Básica: Cashmore, Ernest. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais.** São Paulo, Sp: Selo Negro, 2000. 598 P. Isbn 9788587478061. Borges, Rosane. Fórum para Igualdade entre Estados e Municipios. São Paulo: Fundação Friedrich Ébert Stiftung, 2005. Brasil. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais.** Brasília, Df: Secad, 2006. 256 P. : Il Albuquerque, Wlamyra R. De. Uma História do Negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais. Brasília:secad, 2006. Bibliografia Complementar: Cunha, D. A. Brincadeiras Africanas para a Educação Cultural. 1.Ed. [E-book]. Edição do Autor: Castanhal, 2016 Bittar, M., Almeida, C. (2006). Mitos e Controvérsias sobre a Política de Cotas para Negros na Educação Superior. Educar em Revista, (28), Pp.141-159.Moore, Carlos. Racismo e Sociedade. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

- EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: Os conceitos de diversidade cultural, direitos humanos e sua relação com processos educativos democráticos e significativos. Diversidade, pluralidade de identidades e expressões culturais de povos e sociedades. A importância da diversidade cultural para a plena realização dos direitos humanos (incluindo gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outros). A construção de uma cultura dos direitos humanos. Temas contemporâneos em educação, diversidade e direitos humanos. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Bibliografia Básica: Sacavino, Susana Beatriz. Democracia e Educação em Direitos Humanos na América Latina. Petrópolis, Rj: Dp Et Alii: de Petrus; Rio de Janeiro: Novamerica, 2009. Silva, Tomaz Tadeu Da; Hall, Stuart; Woodward, Kathryn. **Identidade e Diferença:** a Perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Rj: Vozes, 2000. 133 P. (Educação Pós-crítica). Isbn 85-326-2413-8. Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar:** o que É? por Quê? Como Fazer? São Paulo, Sp: Summus, 2015. 95 P. (Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas ; 3). Isbn 9788532309990. Bibliografia Complementar: Cecchetti,E.; Oliveira, L.b. e Hardt, L.s. Cap. X: Educação, Diversidade Religiosa e Cultura de Paz: Cuidar, Respeitar e Conviver. In: Diversidade Religiosa e Direitos Humanos: Conhecer, Respeitar e Conviver. Disponível Em: ≪Http://Portal.mec.gov.br/Index.php?Option=Com_Docman&View=Download&Alias=32111-diversidadereligiosa-e-direitos-humanospdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&itemid=30192;> Soares, Maria Victória de Mesquita Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. São Paulo: Iea/Usp, 12P. Cury, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença. Cadernos de Pesquisa N. 116, P. 245-262, Julho de 2002. Fischmann, Roseli. Educação, Direitos Humanos, Tolerância e Paz. Paidéia, 2001, 11(20), 67-77. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional De Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2007.

- EDUCAÇÃO ESPECIAL: Contextualização da evolução histórica e dos direitos humanos na Educação Especial. A Educação Especial e as políticas públicas. O público-alvo da Educação Especial. A Educação Especial no contexto da educação inclusiva e as práticas pedagógicas. Bibliografia Básica: 2) Ferreira, Maria Elisa Caputo; Guimarães, Marly. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: Dp&A,2003. Carvalho, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** com os Pingos nos "Is". 11. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2016. 174 P. Isbn 9788587063885. Beyer, Hugo

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 35

Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola:** de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. 4. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2013. 128 P. Isbn 9788577060023. Bibliografia Complementar: Kassar, M. C. M. Uma Leitura da Educação Especial no Brasil. In: Gaio, R; Meneghetti, R. G. K. (Orgs.). Caminhos Pedagógicos da Educação Especial. Petrópolis: Vozes, 2004. Patto, M. H. S. as Políticas Atuais de Inclusão Escolar: Reflexão a Partir de um Recorte Conceitual. In: Bueno, J. G. S.; Mendes, G. M. L.; Santos, R. A.(Orgs.). Deficiência e Escolarização: Novas Perspectivas de Análise. Araraquara, Sp: Junqueira & Marin Editores; Brasília: Capes, 2008. Mato Grosso do Sul. Deliberação do Conselho Estadual de Educação N. 7828, de 30 de Maio de 2005. Dispõe sobre a Educação Escolar de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Estadual de Ensino. Campo Grande, 2005. Mantoan, M. T. E.; Prieto, R. G.; Amorim, V.(Orgs.). Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2006. Mendes, E.g.; Almeida, M.a.; Hayashi, M.c.p.i..(Orgs.). Temas em Educação Especial: Conhecimentos para Fundamentar a Prática. Araraquara, Sp: Junqueira & Marin ; Brasília, Df : Capes – Proesp, 2008.

- EDUCAÇÃO E TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: Trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Função social e gênese histórica do trabalho e da educação. As transformações do trabalho e a questão de sua centralidade. Análise das relações entre a educação, a educação ambiental e o trabalho dentro do sistema capitalista de produção. Bibliografia Básica: Mészáros, István. **a Educação para Além do Capital.** 2. Ed. Ampl. São Paulo, Sp: Boitempo, 2014. 126 P. (Mundo do Trabalho). Isbn 8575590685. Antunes, Ricardo L. C. **os Sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 2. Ed. São Paulo, Sp: Boitempo, 2017. 287 P. (Coleção Mundo do Trabalho). Isbn 9788585934439. 3) Machado, Lucília Regina de Souza; Neves, Magda de Almeida; Frigotto, Gaudêncio. Trabalho e Educação. 2. Ed. Campinas, Sp: Papirus, 1994. Bibliografia Complementar: Frigotto, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 1995. Behring, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio.** 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2007. 199 P. Isbn 978-85-249-0686-2. Holanda, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil.** 26. Ed. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 1995-2013. 220 P. Isbn 978-85-7164-448-9. Rossi, Rafael. Trabalho e Educação: Uma Relação Histórico-ontológica. Revista Trabalho & Educação, V. 25, N. 01, P. 49-66, 2016.Avelar, L. e Cintra, A. O. (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-adenauer-stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2007.

- EDUCAÇÃO INDÍGENA: Fundamentos históricos da construção das políticas indígenas no Brasil e as especificidades das práticas pedagógicas. Bibliografia Básica: Brasil.. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena. 2012. [Disponível Em: Http://Portal.mec.gov.br/Index.php?Option=Com_Docman&View=Download&Alias=10806-pceb013-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&itemid=30192, Acesso em 17 de Set. de 2018]. Melià, Bartolomeu. Educação Indígena na Escola. Cadernos Cedes, Ano Xix, N°. 49, 1999. [Disponível Em: Http://Www.scielo.br/Scielo.php?Script=Sci_Arttext&Pid=S0101-32621999000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, Acesso em 17 de Set. de 2018]D'angelis, W. R. Proposta para Formação de Professores Indígenas no Brasil. In: em Aberto 76. Brasília: Inep/Mec. P. 34-43. 2003. [Disponível Em: Http://Emaberto.inep.gov.br/Index.php/Emaberto/Article/Download/2182/2151, Acesso em 17 de Set. de 2018]. Bibliografia Complementar: Mello, Luiz Gonzaga De. **Antropologia Cultural:** Iniciação, Teoria e Temas. 4. Ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 1987. 526 P. Cadernos Cedes. Educação Indígena e Interculturalidade. N. 49.

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg 36

Unicamp, 1999. [Disponível Em: Https://Www.cedes.unicamp.br/Publicacoes/Edicao/281, Acesso em 17 de Set. de 2018]Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. 37. Ed. São Paulo, Sp: Paz e Terra, 2008. 148 P. (Coleção Leitura). Isbn 8521902433.

- EDUCAÇÃO, SAÚDE E NUTRIÇÃO PARA A INFÂNCIA: Concepções e orientações de saúde, de nutrição e de higiene. Relação entre saúde e educação. O Cuidar e o educar em saúde na infância. Desenvolvimento humano: doenças infecto-contagiosas. Estudo da nutrição/desnutrição. Programas e atendimentos oferecidos nas instituições educativas. A instituição educativa como promotora de saúde. Bibliografia Básica: Brasil. Ministério da Saúde. Análise da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. Brasília, 2004. [Disponível Em: Http://189.28.128.100/Nutricao/Docs/Geral/Ebportugues.pdf, Acesso em 17 de Set. de 2018]. Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Universidade de Brasília. Manual de Orientação aos Consumidores: a Escolha Adequada dos Alimentos a Partir dos Rótulos. Brasília: Ministério de Saúde, 2002. 80 PPhilippi Junior, Arlindo (Ed.). **Saneamento, Saúde e Ambiente:** Fundamentos para um Desenvolvimento Sustentável. Barueri, Sp: Manole, 2014. 842 P. (Coleção Ambiental ; 2). Isbn 8520421881. Bibliografia Complementar: Brasil. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos. Brasília, 2002. 152P. Palma, Domingos; Escrivão, Maria Arlete Meil Schimith; Oliveira, Fernanda Luisa Ceragioli (Coord.). **Guia de Nutrição Clínica na Infância e na Adolescência.** Barueri, Sp: Manole, 2009-2012. 661 P. (Série Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar da Unifesp-epm). Isbn 978-85-204-2361-5. Cavinatto, Vilma Maria. **Saneamento Básico:** Fonte de Saúde e Bem-estar. [9. Ed.]. São Paulo, Sp: Moderna, 1992. 62 P. (Coleção Desafios). Isbn 8516006220.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR I: Planejamento do Estágio, elaboração de planos, desenvolvimento e execução de atividades práticas na área de Alimentação Escolar Bibliografia Básica: Teixeira, Suzana Maria Ferreira Gomes. **Administração Aplicada Às Unidades de Alimentação e Nutrição.** São Paulo, Sp: Atheneu, 2007. 219 P. Isbn 85-7379-251-5. Proença, Rossana Pacheco da Costa Et Al. **Qualidade Nutricional e Sensorial na Produção de Refeições.** Florianópolis, Sc: Ed. da Ufsc, 2008. 221 P. (Série Nutrição). Isbn 8532803164. Nascimento Neto, Fénelon Do; Gomes, Carlos Alexandre Oliveira. **Roteiro para Elaboração de Manual de Boas Práticas de Fabricação (Bpf) em Restaurantes.** 4. Ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2011. 144 P. Isbn 978-85-7359-766-0. Bibliografia Complementar: Oliveira, Tatiana Coura; Silva, Daniela Alves (Org.). **Administração de Unidades Produtoras de Refeições:** Desafios e Perspectivas. Rio de Janeiro, Rj: Rubio, 2016. 201 P. Isbn 9788584110230. Abreu, Edeli Simioni De; Spinelli, Mônica Glória Neumann; Pinto, Ana Maria de Souza. **Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição:** um Modo de Fazer. 5. Ed. São Paulo, Sp: Metha, 2013. 378 P. Isbn 978-85-88888-25-8. Germano, Pedro Manuel Leal; Germano, Maria Izabel Simões. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos:** Qualidade das Matérias-primas, Doenças Transmitidas por Alimentos, Treinamento de Recursos Humanos. 2. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Varela, 2003. 655 P. Isbn 85-85519-57-6. Saccol, Ana Lúcia de Freitas; Stangarlin, Lize; Hecktheuer, Luisa Helena. **Instrumentos de Apoio para Implantação das Boas Práticas em Empresas Alimentícias.** Rio de Janeiro, Rj: Rubio, 2012. 207 P. Isbn 978-85-64956-14-8. Diez Garcia, Rosa Wanda; Cervato-mancuso, Ana Maria (Coord.). **Mudanças Alimentares e Educação Nutricional.** Rio de Janeiro, Rj: Guanabara Koogan, 2012. Xxviii, 411 P. (Nutrição e Metabolismo). Isbn

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 37

9788527716925.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR II: A problemática da administração da alimentação escolar (Orientação individual e grupal). Identificação de alternativas que facilitem a solução de problemas e impulsionem medidas de aprimoramento do Sistema Escolar. Participação e atuação em situações concretas, que conduzam a associar e aplicar os conhecimentos adquiridos na área de Alimentação Escolar. Bibliografia Básica: Felix, Maria de Fátima. a Administração Escolar e seus Desafios Atuais. Revista Brasileira: Administração da Educação. Brasília, 1991. Felix, Maria de Fatima Costa. **Administração Escolar:** um Problema Educativo ou Empresarial? 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1986. 200 P. (Educação Contemporânea). Ferreira, Naura. Gestão Democrática da Educação. São Paulo: Cortez, 2000. Bibliografia Complementar: Freitas, Deisi S. (Et Al). Ações Educativas e Estágios Curriculares Supervisonados. Santa Maria, Ed da Ufsm, 2007. Paro, Victor Henrique. Administração Escolar. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990. Pimenta, Selma Garrido. **o Estágio na Formação de Professores:** Unidade Teoria e Prática? 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1995. 200 P. Isbn 85-249-0533-6. Placco, Vera Maria de Souza; Almeida, Laurinda Ramalho De. o Coordenador Pedagógico e o Es Espaço de Mudança. 2 Ed., São Paulo, Loyola, 2002.Freitas, Helena C. De. o Trabalho Como Princípio Orientador na Prática de Ensino e no Estágio. Sp: Papirus, 1991.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR III: Prática supervisionada no ambiente escolar. Execução (individual) de atividades práticas que possibilitem a aplicação dos conhecimentos adquiridos na área de Alimentação Escolar. Bibliografia Básica: Felix, Maria de Fátima. a Administração Escolar e seus Desafios Atuais. Revista Brasileira: Administração da Educação. Brasília, 1991. Freitas, Deisi S. (Et Al). Ações Educativas e Estágios Curriculares Supervisionados. Santa Maria, Ed da Ufsm, 2007. Felix, Maria de Fatima Costa. **Administração Escolar:** um Problema Educativo ou Empresarial? 4. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1989. 200 P. (Educação Contemporânea). Isbn 85-249-0006-7. Bibliografia Complementar: Paro, Vitor Henrique. **Administração Escolar:** Introdução Crítica. 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1988. 175 P. (Educação Contemporânea). Isbn 85-249-0061-x. Pimenta, Selma Garrido. **o Estágio na Formação de Professores:** Unidade Teoria e Prática? 2. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1995. 200 P. Isbn 85-249-0533-6. Ferreira, N. C. Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios. São Paulo: Cortez, 2001.Freitas, Helena C. De. o Trabalho Como Princípio Orientador na Prática de Ensino e no Estágio. Sp: Papirus, 1991.

- ESTATÍSTICA E INDICADORES DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: Importância e aplicação dos conceitos estatísticos básicos, tanto descritivos quanto inferenciais, na análise de situações e problemas da realidade educacional brasileira. Indicadores de desempenho da dinâmica do ambiente escolar (controle de alimentos, gestão da alimentação escolar, etc.). População e amostra. Gráficos estatísticos. Distribuição de frequência. Bibliografia Básica: Levin, Jack. **Estatistica Aplicada a Ciencias Humanas.** São Paulo, Sp: Harper & Row do Brasil, 1978. 310 P. Gonçalves, Fernando Antônio. Estatística Descritiva: Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 1978.Nick, Eva& Kelner, Sheillah. Fundamentos de Estatística para as Ciências do Comportamento. Rio de Janeiro:renes, 1971. Bibliografia Complementar: Levin, J. Estatística Aplicada a Ciências Humanas. 2. Ed. São Paulo: Harbra, 1987. Oliveira, Terezinha de Freitas Rodrigues. **Estatistica Aplicada a Educação:** Descritiva. Rio de Janeiro, Rj: Ltc, 1984. 148 P. Vieira, S. Estatística Básica. 1 Ed. São Paulo:

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg 38

Cengage, 2011. Carvalho, S. Estatística Básica: Teoria e 150 Questões. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. Costa, S. F. Introdução Ilustrada à Estatística. São Paulo: Harbra, 1998.

- ESTUDO DE LIBRAS: Fundamentos epistemológicos, históricos, políticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pessoa surda e suas singularidades linguísticas. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e a aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. O papel do professor e do intérprete de língua de sinais na escola inclusiva. Relações pedagógicas da prática docente em espaços escolares. Introdução ao estudo da Língua Brasileira de Sinais: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. Bibliografia Básica: Almeida, Elizabeth Oliveira Crepaldi de Et Al. **Atividades Ilustradas em Sinais da Libras.** 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Revinter, 2013. Xii, 242 P. Isbn 9788537205549. Lodi, Ana Claudia Balieiro; Mélo, Ana Dorziat Barbosa De; Fernandes, Eulalia (Org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.Quadros, Ronice Müller De. **Letras Libras:** Ontem, Hoje e Amanhã. Florianópolis, Sc: Ed. da Ufsc, 2014. 523 P. Isbn 978-85-328-0688-8. Bibliografia Complementar: Castro, Alberto Rainha De; Carvalho, Ilza Silva De. Comunicação por Língua Brasileira de Sinais: Livro Básico. 4. Ed. Brasília, Df: Senac, 2013. Brandão, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras:** Língua Brasileira de Sinais. São Paulo, Sp: Global, 2014. 719 P. Isbn 9788526015883. 5) Almeida, Elizabeth Oliveira Crepaldi De. Leitura e Surdez: um Estudo com Adultos Não Oralizados. 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Revinter, 2012. Lodi, Ana Claudia Balieiro Et Al. (Org.). **Letramento e Minorias.** 6. Ed. Porto Alegre, Rs: Mediação, 2013. 160 P. Isbn 978-85-87063-64-9. Gesser, Audrei. o Ouvinte e a Surdez: sobre Ensinar e Aprender a Libras. São Paulo, Sp: Parábola, 2015.

- FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: POLÍTICAS E PROGRAMAS: Análise das políticas públicas educacionais; Fundos públicos, vinculação de recursos e influências dos organismos multilaterais no financiamento da educação pública brasileira; Elaboração e execução orçamentária dada pela CF/88; Função redistributiva e supletiva dos sistemas de ensino; A lei do FUNDEB e a relação da Educação Básica com o custo-aluno- qualidade (CAQ). Bibliografia Básica: Libâneo, José C.; Oliveira, J. F.; Toschi, M. S. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2012. Gentili, P.; Silva, Tomás T. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas.13. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.Amaral, N, C. para Compreender o Financiamento da Educação Básica no Brasil, Brasília :Universitária ,2012, P. 224, Anpae Caderno Temático (Caq,Sne). Bibliografia Complementar: Haddad, Sérgio (Org.). Banco Mundial, Omc e Fmi: o Impacto nas Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2008. Neves, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e Politica no Brasil de Hoje.** São Paulo, Sp: Cortez, 1994. 120 P. (Questões da Nossa Época (Cortez) V. 36). Akkari, Abdeljalil. Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e Desafios. Petrópolis: Vozes, 2011 Brzezinski, Iria (Org.). Ldb Dez Anos Depois: Reinterpretação sob Diversos Olhares. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.Almeida, Malu (Org.). Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas: para Além de Mercadorização do Conhecimento. 2 Ed. Campinas: Alínea, 2010.

- FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO: Filosofia da Antiguidade aos dias atuais. Tendências filosóficas contemporâneas. Contribuição da filosofia para a construção do pensamento pedagógico. Construção histórica da educação e seus fundamentos. Determinantes sócio-históricos da educação. Relações entre Estado e Educação. Bibliografia Básica: Luckesi, Cipriano Carlos.

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 39

Filosofia da Educação. 14A Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994. Giles, Thomas Ransom. Filosofia da Educação. 5A.ed. São Paulo: Epu, 1987.Manacorda, M. A. História da Educação – da Antiguidade aos Nossos Dias. 3ª Ed. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1992. Bibliografia Complementar: Nosella, Paollo. a Escola de Gramsci. 3. Ed. Ver. e Atual. São Paulo: Cortez, 2004. Manacorda, Mario Alighiero. a História da Educação: da Antiguidade aos Nossos Dias. 10. Ed., São Paulo: Cortez, 2002. Ponce, Aníbal. Educação e Luta de Classes. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1981. Veiga, C. G. História da Educação. São Paulo: Editora Ática, 2007. Dewey, John. Vida e Educação. São Paulo, Melhoramentos, 1978.

- GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO, DOS SISTEMAS DE ENSINO E DAS INSTITUIÇÕES: A gestão democrática da Educação: sistemas de Ensino, mecanismos de gestão e a descentralização. A gestão da escola básica e o princípio da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A escolha do Diretor da escola e a constituição das equipes pedagógicas. A gestão participativa. A estrutura organizacional de uma escola. Os direitos humanos na instituição escolar. O clima e a cultura da escola como fatores determinantes da gestão escolar. Bibliografia Básica: Luck, H. (Org.). a Escola Participativa: o Trabalho do Gestor Escolar. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005 Faria, José Henrique De. **Gestão Participativa:** Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações. São Paulo, Sp: Atlas, 2009. Xxix, 395 P. Isbn 9788522454914. Libâneo, J. C. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. 6. Ed. São Paulo: Heccus, 2013. Bibliografia Complementar: Dornelas, J. C. A. Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. 267P. Hengemühle, Adelar. Gestão de Ensino e Práticas Pedagógicas. Petrópolis, Rj: Vozes, 2004. Ferreira, N. C. Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios. São Paulo: Cortez, 2001. Veiga, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto Político-pedagógico da Escola. São Paulo: Papirus, 2013.Veiga, Ilma Passos. Alencastro. Quem Sabe Faz a Hora de Construir o Projeto Políticopedagógico. Campinas: Papirus, 2007.

- GESTÃO ESCOLAR: Teoria de administração e gestão educacional. Gestão educacional: conceitos e princípios, perspectivas contemporâneas. Políticas públicas de gestão. A gestão escolar democrática frente à Educação em Direitos humanos, Relações Étnico-raciais, a acessibilidade e a inclusão de pessoas com dificuldades de aprendizagem, transtornos globais do desenvolvimento e com deficiências. Bibliografia Básica: Buffa, Ester; Arroyo, Miguel González; Nosella, Paolo. **Educação e Cidadania:** Quem Educa o Cidadão? 6. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1996. 94 P. (Questões da Nossa Época ; V. 19). Isbn 85-249-0094-6. Paro, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo, Sp: Atica, 1997. 119 P. (Educação em Ação). Isbn 85-08-06522-1. Martins, M. M.; Et. Al. Política e Gestão da Educação Desafios em Tempos de Mudanças. Campinas/Sp: Autores Associados, 2013. Bibliografia Complementar: Cury, C. R. J. a Lei de Diretrizes e Bases e o Impacto na Escola Pública Brasileira. In: Vale, J. M. F.; Et Al. Escola Pública e Sociedade. São Paulo: Saraiva, 2002. Oliveira, M. E. N. Gestão Escolar e Políticas Públicas Educacionais um Embate entre o Prescrito e o Real. Curitiba: Appris, 2013 (Coleção Educação).Dourado, L. F.; Paro, V. H. (Orgs.). Políticas Públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.

- LEGISLAÇÃO E HIGIENE NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS: Fundamentos da legislação de alimentos. Direito humano à alimentação saudável. Registro de produtos, rotulagem de alimentos e responsabilidade técnica. Doenças veiculadas por alimentos: prevenção e epidemiologia. Boas Práticas de Fabricação (BPF):

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 40

instalações, pessoal, equipamentos, insumos, resíduos. Limpeza e sanitização de alimentos. Educação ambiental e alimentação saudável. Bibliografia Básica: Silva, Gleucia Carvalho; Pereira, Luciane; Pinheiro, Andrea Nunes. Alimentos Seguros: Higiene e Controles em Cozinhas e Ambientes de Manipulação. São Paulo: Senac, 2010. Ferrari, Mário. Curso de Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho. Salvador: Juspodivm, 2009.Almeida-muradian, Ligia Bicudo De; Penteado, Marilene de Vuono Camargo. **Vigilância Sanitária:** Tópicos sobre Legislação e Análise de Alimentos. Rio de Janeiro, Rj: Guanabara Koogan, 2007. 203 P. (Ciências Farmacêuticas). Isbn 978-85-277-1339-9. Bibliografia Complementar: Minozzo, Edson Leandro; Ávila, Ednaildes Pereira De. Escola Segura: Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros. Porto Alegre: Age, 2006. Mattos, Ubirajara A. de O. Higiene e Segurança do Trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Germano, Pedro Manuel Leal; Germano, Maria Izabel Simões. **Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos:** Qualidade das Matérias-primas, Doenças Transmitidas por Alimentos, Treinamento de Recursos Humanos. 4. Ed. Rev. e Atual. São Paulo: Manole, 2011-2013. 1034 P. Isbn 978-85-204-3133-7 Silva Jr., Eneo Alves Da. **Manual de Controle Higiênico Sanitário em Serviços de Alimentação.** 7. Ed. São Paulo, Sp: Varela, 2014. 693 P. Isbn 978-85-7759-019-3. Germano, Maria Izabel Simões. Treinamento de Manipuladores de Alimentos: Fator de Segurança Alimentar e Promoção da Saúde. Brasília: Varela, 2003.

- LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO: Paragrafação: estruturação de parágrafos de tipologia predominantemente dissertativa argumentativa. Leitura e produção do gênero textual acadêmico: Resumo. Coesão e coerência textuais. Norma culta e norma coloquial. Os direitos humanos, a inclusão social, a acessibilidade, o meio ambiente e a cultura africana discutidos por meio do gênero textual resumo. Prática de ensino orientada para o diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos na prática educativa. Bibliografia Básica: Garcia, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna:** Aprenda a Escrever, Aprendendo a Pensar. 13. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Fgv, 1986. 519 P. (Biblioteca de Administração Pública 14). Machado, Anna Rachel; Lousada, Eliane; Abreu-tardelli, Lília Santos. **Planejar Gêneros Acadêmicos:** Escrita Científica, Texto Acadêmico, Diário de Pesquisa, Metodologia. São Paulo, Sp: Parábola, 2018. 116 P. (Leitura e Produção de Textos Técnicos e Acadêmicos ; 3). Isbn 9788588456433. Machado, Anna Rachel (Coord.). **Resumo.** São Paulo, Sp: Parábola, 2017. 69 P. (Leitura e Produção de Textos Técnicos e Acadêmicos ; 1). Isbn 9788588456297. Bibliografia Complementar: Koch, Ingedore Villaça; Travaglia, Luiz Carlos. a Coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2006. Fávero, Leonor Lopes. **Coesão e Coerência Textuais.** 3. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo, Sp: Ática, 1995. 104 P. (Série Princípios; 206). Isbn 85-08-03915-8. Dolz, Joaquim; Noverraz, Michéle; Schneuwly, Bernard. Gêneros Orais e Escritos na Escola / Tradução e Organização Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. – Campinas, Sp: Mercado de Letras, 2004. (Coleção as Faces da Linguística Aplicada). Bagno, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro.** São Paulo, Sp: Parábola, 2016. 1053 P. (Referenda ; 1). Isbn 9788579340376.

- LÍNGUA PORTUGUESA: LEITURA, ESCRITA E INTERAÇÃO: Estudos básicos sobre a leitura, a escrita e o discurso no contexto científico. Conceitos e principais gêneros e tipos textuais empregados no contexto acadêmico. Elementos basilares de textualidade: coerência e coesão textuais. A língua portuguesa e os aspectos gramaticais relevantes à produção textual. Práticas de leituras e de produção de textos (envolvendo as temáticas: direitos humanos, inclusão social, acessibilidade, meio ambiente e cultura africana). Bibliografia Básica: Fiorin, José Luiz; Savioli, Francisco Platão (Autor). para Entender o Texto: Leitura e Redação. 17. Ed. São

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 41

Paulo: Ática, 2007. Fiorin, José L. para Entender o Texto: Leitura e Redação. São Paulo: Ática, 2000Medeiros, João Bosco. Redação Científica. São Paulo: Atlas, 2000. Bibliografia Complementar: Dionisio, Angela Paiva; Machado, Anna Rachel; Bezerra, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros Textuais & Ensino.** 5. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Lucerna, 2003. 232 P. Isbn 9788586930188. Koch, Ingedore Grunfeld Villaça; Elias, Vanda Maria. **Ler e Escrever:** Estratégias de Produção Textual. São Paulo, Sp: Contexto, 220 P. Isbn 978-85-7244-423-1. Medeiros, João Bosco. Redação Científica. São Paulo: Atlas, 2003 Guimarães, Elisa. Texto, Discurso e Ensino. São Paulo: Contexto, 2009.Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. **Texto e Coerencia.** São Paulo, Sp: Cortez, 1989. 107 P. Isbn 85-249-0222-1.

- MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS: Introdução a microbiologia de alimentos. Fatores que interferem no desenvolvimento microbiano em alimentos. Indicadores microbiológicos aplicados ao controle de qualidade e segurança dos alimentos. Critérios microbiológicos para avaliação da qualidade de alimentos. Bibliografia Básica: Forsythe, S. J. **Microbiologia da Segurança Alimentar.** Porto Alegre, Rs: Artmed, 2005. 424 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 85-7307-988-6. Jay, J.m. Microbiologia de Alimentos. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.Franco, B.d.g.m.; Landgraf, M. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo: Atheneu, 2007. Bibliografia Complementar: Tortora, Gerard J.; Funke, Berdell R.; Case, Christine L. Microbiologia. 10. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. Pelczar, Michael J.; Chan, E. C. S.; Krieg, Noel R. Microbiologia: Conceitos e Aplicações. Volume 2. 2. Ed. São Paulo: Makron Books, 1997-2011. Frazier, W. C.; Westhoff, Dennis C. Microbiologia de Los Alimentos. 4.Ed. Zaragoza: Acribia, 1993. Hayes, P. R. Microbiologia e Higiene de Los Alimentos. Zaragoza: Acribia, 1993.Pelczar, Michael Joseph; Chan, Eddie Chin Sun; Krieg, Noel R. **Microbiologia, Volume 2:** Conceitos e Aplicações. 2. Ed. São Paulo, Sp: Makron Books, 2011. Xxxi, 517 P., [48] Lâminas Isbn 8534604541.

- NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO: TEORIAS, CONSUMO, CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO BIOLÓGICA DOS ALIMENTOS: Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar; promoção da alimentação saudável. segurança alimentar e nutricional nos aspectos da cultura; redução de desperdício. Bibliografia Básica: Rouquayrol, M.z.; Silva, M.g.c. Epidemiologia & Saúde. 7. Ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013. Jay, James M. **Microbiologia de Alimentos.** 6. Ed. Porto Alegre, Rs: Artmed, 2005. 711 P. : Il (Biblioteca Artmed) Isbn 85-363-0507-x Boog, Maria Cristina Faber. o Professor e a Alimentação Escolar: Ensinando a Amar a Terra e o que a Terra Produz. Barueri, Sp: Komedi, 2008. Bibliografia Complementar: Salay, E. (Org.). Composição de Alimentos: Uma Abordagem Multidisciplinar. Núcleo de Pesquisas em Alimentação – Nepa. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp: Campinas, 2005. Silva Jr., Eneo Alves Da. **Manual de Controle Higiênico-sanitário em Serviços de Alimentação.** 6. Ed. Atual. São Paulo, Sp: Varela, 2005-2012. 625 P. Isbn 85-85519-53-3. Vasconcellos, Frederico; Cavalcanti, Eudemar; Barbosa, Lourdes. **Menu:** Como Montar um Cardápio Eficiente. São Paulo, Sp: Roca, 2002. 70 P. Isbn 85-7241-371-5. Philippi, Sonia Tucunduva. **Tabela de Composição de Alimentos:** Suporte para Decisão Nutricional. 2. Ed. São Paulo, Sp: Coronário, 2002. 107 P. : Il Isbn 85-904286-1-3. Guilherme, F. Tabela de Composição Química dos Alimentos. 9. Ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

- PESQUISA EDUCACIONAL: MÉTODOS E TÉCNICAS: Métodos e técnicas de pesquisa. Planejamento, organização e desenvolvimento de textos científicos. Elementos formais e metodológicos de pesquisa. Condução da pesquisa e

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 42

comunicação dos seus resultados. Normas de apresentação de trabalhos acadêmicos. Bibliografia Básica: Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2010. 297 P. Isbn 9788522457588. Andrade, Maria Margarida De. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:** Elaboração de Trabalhos na Graduação. 7. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2006. 174 P. Isbn 85-224-4124-3. Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Cortez, 2015. 304 P. Isbn 9788524913112. Bibliografia Complementar: Cervo, Amado Luis. Bervian, Pedro Alcino. Metodologia Científica. São Paulo: Prentice Hall. 2011. Ruiz, J. A. Metodologia Científica. 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2013. Medeiros, João Bosco. **Redação Científica:** a Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 12. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2018. Xii, 331 P. Isbn 9788522490264. Abrahamsohn, Paulo Alexandre. **Redação Científica.** Rio de Janeiro, Rj: Guanabara Koogan, C2004. 269 P. Isbn 85-277-0909-0. Nasi, Luiz Antônio. **Rotinas em Unidade Vascular.** Porto Alegre Artmed 2012 1 Recurso Online Isbn 9788536327792.

- PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR I: Pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação. Diferentes enfoques e objetos de investigação das ciências da educação. Os espaços e os tempos da pesquisa. Práticas de ensino e pesquisa relacionadas a alimentação escolar. Bibliografia Básica: Fazenda, I. a Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento. Campinas: Papirus, 1995. Pádua, Elisabete Matallo Marchesini. Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-prática. Campinas: Papirus, 1996.Minayo, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 25. Ed. Rev. e Atual. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007. 108 P. (Coleção Temas Sociais). Isbn 978-85-326-1145-1. Bibliografia Complementar: Perovano, Dalton Gean. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Curitiba: Intersaberes, 2016. Oliveira Netto, Alvim Antônio De. **Metodologia da Pesquisa Científica:** Guia Prático para a Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. 3.Ed. Rev. e Atual. Florianópolis, Sc: Visual Books, 2008. 192 P. Isbn 978-85-7502-233-7 Grezzana, José Francisco; Silva, Sidinei Pithan Da. Pesquisa Como Princípio Educativo. Curitiba: Intersaberes, 2013. Araújo, Carla B. Z. M. Pesquisa Educacional. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2010. Gamboa, Silvio Sánchez. **Pesquisa em Educação:** Métodos e Epistemologias. Chapecó, Sc: Argos, 2008. 193 P. (Coleção Didáticos) Isbn 978-85-98981-71-0.

- PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR II: Elaboração de texto científico: escolha e delimitação do tema escolhido (as temáticas serão relacionadas a alimentação escolar e educação ambiental); revisão de bibliografia; tipo de pesquisa; definição metodológica. Elaboração dos instrumentos de coleta de dados. Coleta de dados. Análise/interpretação dos dados. Organização e redação do artigo científico. Bibliografia Básica: Eco, Umberto. **Como Se Faz Uma Tese.** 24. Ed. São Paulo, Sp: Perspectiva, 2012. 174 P. (Coleção Estudos / Dirigida por J. Guinsburg ; 85). Isbn 9788527300797. Barros, Aidil de Jesus Paes De; Lehfel, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia:** um Guia para a Iniciaçao Cientifica. São Paulo, Sp: Mcgraw-hill, 1986. 132 P. Isbn 0-07-450021-x. André, M. Pesquisa em Educação: Buscando Rigor e Qualidade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, N. 113, Jul., 2001. Bibliografia Complementar: Laville, C; Dionne, J. a Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999. Fazenda, I. a Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Práxis). Luckesi, C. Et. Al. Conduta na Produção do Conhecimento. In: Fazer Universidade: Uma Proposta Metodológica. São Paulo:

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 43

Cortez, 1995. Gonçalves, Hortência de Abreu. Manual de Metodologia Científica. 2.Ed. São Paulo: Avercamp, 2014.Figueiredo, Nébia Maria Almeida De. **Método e Metodologia na Pesquisa Científica.** 2. Ed. São Caetano do Sul, Sp: Yendis, 2007. Xvi, 237 P. Isbn 978-85-98859-91-0.

- PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, LICITAÇÃO E PROCESSOS DE TRABALHO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: Política, planejamento e legislação educacional; plano de trabalho; tomada de preço, carta convite e chamada pública de merenda escolar; tipos de alimentos; alimentação saudável. Bibliografia Básica: Costa, Neuza Maria Brunoro; Rosa, Carla de Oliveira Barbosa. **Alimentos Funcionais:** Componentes Bioativos e Efeitos Fisiológicos. Rio de Janeiro, Rj: Rubio, 2011. 536 P. Isbn 978-85-7771-066-9. Sant' Anna, Geraldo José. **Planejamento, Gestão e Legislação Escolar.** São Paulo Erica 2014 1 Recurso Online Isbn 9788536522319. Almeida-muradian, Ligia Bicudo De; Penteado, Marilene de Vuono Camargo. **Vigilância Sanitária:** Tópicos sobre Legislação e Análise de Alimentos. Rio de Janeiro, Rj: Guanabara Koogan, 2007. 203 P. (Ciências Farmacêuticas). Isbn 978-85-277-1339-9. Bibliografia Complementar: Ligan, Lúcia. a Escola Sustentável. Governo do Estado de São Paulo e Ipec (Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado), São Paulo, 2004. Ambrósio, Teresa Cristina. Alimentos Regionais Brasileiros. Ministério da Saúde, 2002. Mota, Denise Giacomo Da. Educação Nutricional: Tenha Uma Alimentação Saudável. 2. Ed. São Paulo: Ibrasa, 2010. Maluf, R. S. J. Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos Fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2007.Almeida-muradian, L.b.; Penteado, M.v.c. Vigilância Sanitária: Tópicos sobre Legislação e Análise de Alimentos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

- POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: Gênese e concepções das políticas no Brasil: Estado, sociedade e ideologia. Políticas educacionais contemporâneas. As condições de vida das crianças excluídas do sistema educacional. Política de proteção especial desenvolvida pelo Estado. As diferentes instituições (públicas e privadas). Bibliografia Básica: Cadernos Cedes. Campinas, Sp: Centro de Estudos Educação e Sociedade,1980-. Quadrimestral. Issn 0101-3262. Gurgeli, Claudio; Justen, Agatha. Controle Social e Políticas Públicas: a Experiência dos Conselhos Gestores. Rev. Adm. Pública Vol.47 No.2 Rio de Janeiro Mar/Apr. 2013. [Disponível On-line]. Mercado e Utopia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Bibliografia Complementar: Vieira, Evaldo. a Política e as Bases do Direito Educacional. Cadernos Cedes. Políticas Públicas e Educação. Campinas, Sp: Cedes, 2001, Nº 55. Pessoto Umberto Catarino; Ribeiro Eduardo Augusto Werneck; Guimarães, Raul Borges. o Papel do Estado nas Políticas Públicas de Saúde: um Panorama sobre o Debate do Conceito de Estado e o Caso Brasileiro. Saúde Soc. São Paulo, V.24, N.1, P.9-22, 2015. [Disponível On-line].Boito Jr, Armando; Galvão, Andréa (Orgs). Política e Classes Sociais no Brasil nos Anos 2000. São Paulo: Ed. Alameda, 2012.

- PRÁTICA CIENTÍFICA: Enfoques específicos de pesquisas quantitativa e qualitativa. Referências teóricas e suas implicações para a realização da pesquisa. Formas de procedimento de estudos qualitativos. Noções de elaboração do texto científico. Bibliografia Básica: Bogdan, Robert. **Investigação Qualitativa em Educação:** Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Portugal: Porto Ed., 1994-2010. 336 P. (Colecção Ciências da Educação ; 12). Isbn 9789720341129. Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 15. Ed. São Paulo, Sp: Cortez: Autores Associados, 1989. 238 P. (Coleção Educação Contemporânea. Série Metodologia e Pratica de Ensino). Ludke, M., André, M.

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 44

Pesquisa em Educação: Abordagens Qualificadas. São Paulo: Epu, 1996. Bibliografia Complementar: Chizzotti, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 3. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 1998. 164 P. (Biblioteca da Educação Série 1: Escola V. 16). Isbn 85-249-0444-5. Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados. São Paulo: Atlas, 2002. Lasmar, Ricardo Bassil. **Tratado de Ginecologia.** Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2017 1 Recurso Online Isbn 9788527732406.

- PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: Bases epistemológicas das teorias behaviorista, humanista, cognitivista, psicanalítica e histórico-cultural. A relação Psicologia e Educação e seu papel na formação docente. A psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem e a organização do trabalho pedagógico. A subjetividade e as relações no âmbito da escolarização. As contribuições das teorias psicológicas para o processo de ensino e aprendizagem. Bibliografia Básica: Alencar, Eunice M. L. Soriano De. **Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino e Aprendizagem.** São Paulo, Sp: Cortez, 1992. 217 P. Isbn 85-249-0476-3. Davis, C. & Oliveira, Z. Psicologia da Educação. São Paulo: Cortez, 1992.Bock, Ana Mercês Bahia; Furtado, Odair; Trassi, Maria de Lourdes. **Psicologias:** Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. 14. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2009. 368 P. Isbn 9788502078512. Bibliografia Complementar: Castorina, José A.; Carretero, Mario. Desenvolvimento Cognitivo e Educação: os Inícios do Conhecimento. Porto Alegre: Grupo A, 2014. Becker, Fernando. **Educação e Construção do Conhecimento.** Porto Alegre, Rs: Artmed, 2001. 125 P. (Biblioteca Artmed). Isbn 8573078340. Vigotsky, L. S.; Luria, A. R.; Leont'ev, Aleksei Nikolaevich. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.** 11. Ed. São Paulo, Sp: Ícone, 2010. 228 P. (Coleção Educação Crítica). Isbn 85-274-0046-4. Piaget, Jean. **a Linguagem e o Pensamento da Criança.** 4. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 1993. 212 P. Biaggio, A. Psicologia do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1988.

- RELAÇÕES INTERPESSOAIS NAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS: Negociação: conceitos básicos. Conflito. Estilos de Negociação. Uso de estilos na solução de conflitos. Exemplos práticos de negociação. Bibliografia Básica: Martinelli, Dante P.; Almeida, Ana Paula De. Negociação: Como Transformar Conflitos em Cooperação. São Paulo: Atlas, 1997. Martinelli, Dante P.; Almeida, Ana Paula De. Negociação e Solução de Conflitos: do Impasse ao Ganha-ganha Através do Melhor Estilo. São Paulo: Atlas, 1998.Fritzen, Silvino José. Relações Humanas Interpessoais nas Convivências Grupais e Comunitárias. 19. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. Bibliografia Complementar: Tachizawa, Takeshy; Rezende, Wilson. Estratégia Empresarial: Tendências e Desafios – um Enfoque na Realidade Brasileira. São Paulo: Makron Books, 2000 Maximiano, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração: Manual Compacto para Cursos de Formação Tecnológica e Sequenciais. São Paulo: Atlas, 2004. Maximiano, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2006. Pinto, E. P. Negociação Orientada para Resultado: Como Chegar ao Entendimento Através de Critérios Legítimos e Objetivos. São Paulo: Atlas, 1991.Minicucci, Agostinho. Relações Humanas: Psicologia das Relações Interpessoais. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

- SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E APLICATIVOS EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: Cultura digital. Aprender na Cultura Digital. Contribuições das tecnologias digitais. Apropriação tecnológica. Estratégias de integração das tecnologias digitais às práticas em alimentação escolar. Redes e mídias sociais na escola. Apps para celular. Bibliografia Básica: Jenkins, Henry.

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg. 45

Cultura da Convergência. 2. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Aleph, 2015. 428 P. Isbn 9788576570844. Kenski, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias:** o Novo Ritmo da Informação. 8. Ed. Campinas, Sp: Papirus, 2018. 141 P. (Coleção Papirus Educação). Isbn 9788530808280. Cox, K. K. Informática na Educação Escolar. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2008. Bibliografia Complementar: Lévy, P. as Tecnologias da Inteligência. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. Lévy, P. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999 Almeida, Fernando José De. **Educação e Informatica:** os Computadores na Escola. São Paulo, Sp: Cortez, 1987. 103 P. (Polêmicas do Nosso Tempo (Cortez) 19). Valente, J. A. o Computador na Sociedade de Conhecimento. Campinas, Sp: Unicamp/Nied, 1999.Mariano, Sandra Regina; Holanda, Verônica Feder Mayer. Tecnologia e Gestão da Informação. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2008.

- SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS: Definição de estatuto. Momentos históricos dos anos 1990 e 2003. Lei 8069/1990. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Medidas legais de proteção criminal segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Biografia dos autores do ECA. Estatuto do Jovem. Estatuto do Idoso lei 10741/2003. Direitos e Garantias leis aos idosos. Impacto do Estatuto na sociedade. Biografia dos Autores do Estatuto do Idoso.

Bibliografia Básica: Ramidoff, Mário Luiz. **Direitos Difusos e Coletivos 4** Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 37). Isbn 9788502174221. Cunha, Rogerio Sanches; Lépore, Paulo Eduardo; Rossato, Luciano Alves. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 4. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.Ishida, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Doutrina e Jurisprudência. 9. Ed. Atual. de Acordo com o Novo Código Civil. São Paulo, Sp: Atlas, 2008. 508 P. Isbn 978-85-224-4965-1. Bibliografia Complementar: Brasil. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e Dá Outras Providências. Diário Oficial [Da] República Federativa do Brasil, Brasília, Df, 16 Jul. 1999. Disponível Em: ≪ Http://Www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8069.Htm;≫. Acesso Em: 22 Dez. 2016. Pinheiro, Naide Maria (Coord). Estatuto do Idoso Comentado. Campinas, Sp: 5) Servanda, 2008. Vilas Boas, Marco Antonio. **Estatuto do Idoso Comentado.** Rio de Janeiro, Rj: Forense, 2005. 239 P. Isbn 85-309-2160-7. Del Priore, Mary (Org.). **História das Crianças no Brasil.** 6. Ed. São Paulo, Sp: Contexto, 2009. 444 P. Isbn 85-7244-112-3. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e Dá Outras Providências. Disponível Em: ≪Http://Www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/2003/L10.741.Htm;≫.

- SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA: Pensamento sociológico contemporâneo e a educação. Processos de socialização e educação escolar. Educação Escolar e a estrutura socioeconômica da sociedade brasileira contemporânea. Educação e cultura – diferentes concepções no tempo e no espaço. Educação monocultural e desafios de práticas educativas pautadas na humanização, dialogicidade e emancipação dos sujeitos.

Bibliografia Básica: Bauman, Zygmunt. **Ensaios sobre o Conceito de Cultura.** Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2012. 325 P. Isbn 978-85-378-0800-9. Bourdieu, Pierre. **o Poder Simbólico.** 15. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 311 P. Isbn 978-85-286-9963-0. Candau, Vera Maria Ferrão. Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(S): Uma Aproximação. In: Educac?a?o & Sociedade, Ano Xxiii, N. 79, Agosto, 2002. ≪Disponível Em: Http://Www.scielo.br/Pdf/Es/V23N79/10852;≫. Bibliografia Complementar: Aron, Raymond. as Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes. 3)

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 46

Lampert, Ernani. Educação, Cultura e Sociedade. Porto Alegre: Sulina, 2012 Mészáros, István. **a Educação para Além do Capital.** 2. Ed. Ampl. São Paulo, Sp: Boitempo, 2014. 126 P. (Mundo do Trabalho). Isbn 8575590685. Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Santana, M. A.; Ramalho, J. R. Sociologia do Trabalho. 3 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

- TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO: Principais teorias administrativas: fundamentos conceituais e históricos da Administração. Os princípios norteadores das diferentes áreas: financeira, logística, gestão da informação, consultoria, planejamento, organização, liderança e controle. Bibliografia Básica: Niskier, Arnaldo. Administração Escolar. 2. Ed. Porto Alegre, Rs: Tabajara, 1969. Paro, Vitor Henrique. **Administração Escolar:** Introdução Crítica. 14. Ed. São Paulo, Sp: Cortez, 2006. 175 P. Isbn 85-249-0061-x. Santos, Theobaldo Miranda. **Noções de Administração Escolar.** 5. Ed. São Paulo, Sp: Nacional, 1966. 294 P. Bibliografia Complementar: Ramos, Guerreiro. **Administração e Estratégia do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Rj: Fgv, 1960. 453 P. Robbins, Stephen P. **Administração:** Mudanças e Perspectivas. São Paulo, Sp: Saraiva, 2009. 524 P. Isbn 8502030094. Robbins, Stephen P.; Decenzo, David A. Fundamentos de Administração: Conceitos Essenciais e Aplicações. 4. Ed. São Paulo, Sp: Prentice Hall: 2015. Maximiano, Antonio Cesar Amaru. **Fundamentos de Administração** Introdução à Teoria Geral e aos Processos da Administração. 3. Rio de Janeiro Ltc 2014 1 Recurso Online Isbn 978-85-216-2751-7. Wilges, Ilmo José. Noções de Administração Financeira e Orçamentária. Porto Alegre: Sagra, 1995.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

O Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, da Faculdade de Educação - FAED/UFMS, será ofertado a partir de 2021/1.

8. POLÍTICAS

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes àreas:

a. Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
b. Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
c. Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a UFMS define em seu PDI ações de acessibilidade como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 47

da acessibilidade. Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos PPCs sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluírem a graduação.

A Diaaf, responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Diaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quantos às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade.

No caso do autismo ou de outros estudantes público-alvo da Educação Especial, a Diaaf os identifica por meio do Sistema de Controle Acadêmico. A partir da identificação, a Diaaf entra em contato com os discentes para diálogo e confirmação de dados, bem como para elaborar/planejar o atendimento que ele necessita no que diz respeito ao suporte para que sua vida acadêmica possa ocorrer da melhor forma possível.

O atendimento ao acadêmico público alvo da Diaaf varia de acordo com as necessidades específicas de cada estudante. É realizada uma avaliação das condições do acadêmico, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas; sua trajetória escolar e estratégias desenvolvidas diante de suas necessidades educacionais especiais; situação atual: demandas identificadas pelo acadêmico e por seus professores. Também é apresentada ao acadêmico a proposta de acompanhamento psicoeducacional, tanto de suporte psicológico, como pedagógico, trabalhando com o discente técnicas de estudo para acompanhamento da disciplina nas quais está matriculado. O atendimento é dinâmico, pois se analisa o resultado das ações a fim de se manter o que favorece o desempenho acadêmico e/ou planejar novas ações. A metodologia do ensino nas aulas regulares dos cursos da UFMS também segue estas diretrizes, pois cabe à equipe da Diaaf, quando solicitada, formular orientações referentes às necessidades educacionais especiais dos referidos estudantes. Adicionalmente, a Prograd disponibiliza à Proaes a listagem de disciplinas e docentes contempladas com o Projeto de Monitoria, uma vez que os monitores podem oferecer um suporte a mais para auxiliar o estudante caso apresente dificuldades com os conteúdos abordados no Curso.

A Diaaf realiza a tradução e interpretação de conversações, narrativas, palestras e atividades didático-pedagógicas dentro do par linguístico Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, nos espaços da instituição e eventos por ela organizados, para atender as pessoas com Surdez priorizando as situações de comunicação presencial, tais como aulas, reuniões, atendimento ao público, e assessora nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Toda a comunidade acadêmica da UFMS pode fazer a solicitação à Diaaf por meio de preenchimento de formulário na página da Proaes. O mesmo ocorre com o público alvo da Educação Especial, por meio do preenchimento de formulário de “Atendimento Educacional Especializado”, ambos na página da Proaes. Entretanto, o atendimento também é prestado caso a solicitação ocorra pessoalmente, por email, ou mediante

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 48

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 48

Comunicação Interna (CI) com material a ser traduzido em anexo.

Além disso, a política de inclusão da pessoa com deficiência envolve: a eliminação de barreiras físicas/arquitetônicas e atitudinais; adaptação de mobiliário; disponibilização e orientação para uso de tecnologias assistivas; e acessibilidade nos serviços, sistemas e páginas eletrônicas da UFMS.

Por fim, as pessoas com deficiência serão objeto de atenção especial do Curso tanto no que diz respeito ao espaço em que o curso se efetiva, quanto no plano pedagógico e nas ações do corpo docente e discente.

8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis déficits de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus alunos todo o material necessário ao desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar inclui na matriz curricular as temáticas das relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental. Estas serão contempladas ainda, nos planos de estágio obrigatório, nas atividades de extensão e nas Atividades Complementares.

Em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução n° 1, CNE/CP, de 17 de junho de 2004), são incluídos nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer 3/2004, CNE/CP.

Conforme Art. 2° da citada Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

No que se refere aos Direitos Humanos, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH), (Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012), os definem como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

Em consonância com o que estabelece tais diretrizes, serão observados nas diversas disciplinas do Curso, o uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamentada nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 49

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg 49

Nesta mesma direção, a Educação Ambiental será contemplada nas disciplinas do Curso, em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução n° 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012), entendida como uma dimensão da educação, uma atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana, com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Considerando a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, o cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído, o trabalho com a Educação Ambiental se dará com vistas à formação de profissionais ambientalmente responsáveis.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

Em relação ao sistema de avaliação, será observado o previsto pela Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa, contemplando a participação em atividades propostas no AVA. O Curso estabelecerá que um dos elementos norteadores da prática é a particularidade (cada grupo tem suas especificidades), por isso a avaliação diagnóstica se faz essencial e ocorrerá no início do semestre.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá:

- presentar a solução padrão e respectivos critérios de correção até a próxima aula da disciplina, após cada avaliação;
- registrar no Siscad as notas das avaliações em até vinte e um dias letivos após a sua realização;
- apresentar ou entregar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o término do período letivo; e
- após trinta dias do término do período letivo, as provas poderão ser descartadas pelo professor da disciplina.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá consignar ao acadêmico uma Média de Aproveitamento (MA), na forma de graus numéricos com uma casa decimal de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação nas disciplinas dependerá da frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento e da média de aproveitamento expressa em nota. O aproveitamento da aprendizagem será verificado, em cada disciplina, contemplando o rendimento do acadêmico durante o período letivo, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino.

O número e a natureza dos trabalhos acadêmicos deverão ser o mesmo para todos os acadêmicos matriculados na turma, com as devidas adaptações, se necessário, aos alunos com deficiência e com transtorno do espectro autista, para os quais poderá ser realizada uma avaliação das suas condições acadêmicas, seus pontos fortes e habilidades a serem desenvolvidas, sua trajetória escolar, a fim de que se busquem estratégias específicas de acompanhamento destes discentes.

9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 50

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 50

avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação interna, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução n° 96, Coun, de 28 de Junho de 2019. O mandato de seus membros será de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

O formulário para avaliação encontra-se disponível no Siscad e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos acadêmicos. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desse questionário são coletados e serão utilizados para elaborar os Relatórios de Autoavaliação.

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios autoavaliação institucional e definir estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

A Coordenação de Curso manterá diálogo com as comissões de avaliação, devendo realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios e analisar estratégias para melhoria do Curso. O resultado das avaliações servirá de instrumento para aperfeiçoamento e redimensionamento das ações.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o formulário de avaliação, disponibilizado via Siscad, sendo um formulário sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam a oferta das disciplinas cursadas no semestre, do atendimento oferecido por parte da coordenação e da infraestrutura específica do Curso e um formulário mais completo, no segundo semestre, que agrega, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (Seavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, e atendendo à orientação específica aprovada pelo Conselho de Graduação, por meio da Resolução nº 565, Coeg, de 11 de dezembro de 2015, as Atividades Complementares contempladas como componentes curriculares nos Projetos Pedagógicos de Curso deverão fazer constar em seus regulamentos até vinte por cento da carga horária para a Atividade Resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS. Acredita-se que este pode ser importante

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 51

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 51

estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o Curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Secretaria Especial de Avaliação Institucional é a unidade responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Instituição. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA), e Divisão de Apoio à Regulação e Avaliação (Dira), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (https://cpa.ufms.br/) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOUVER)

Não se aplica ao curso.

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com a Resolução nº 550, de 20 de novembro de 2018, que versa sobre o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFMS, Atividades Complementares são definidas como: componente curricular composto por atividades de enriquecimento e de melhoria do perfil do estudante, que possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes, que serão reconhecidas mediante processo avaliativo, de acordo com regulamento específico de cada curso, podendo ser desenvolvidas fora do ambiente acadêmico.

Conforme Art. 15. da mesma resolução, a tipologia das Atividades Complementares deverá ser definida em Regulamento específico de cada curso e poderá incluir:

I - disciplinas que não tenham sido contabilizadas para a integralização curricular;

II - estágio não obrigatório;

III - monitoria;

IV - ações de extensão;

V - monografia, quando não for elaborada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou como avaliação de disciplinas, devendo sua qualidade ser

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 52

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 52

avaliada pelo Colegiado de Curso; e

VI - participação em palestras, congressos, encontros, seminários, fóruns, viagens de estudos, visitas técnicas, oficinas, cursos, Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), Pró-Estágio e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid).

Ainda, o Colegiado de Curso definirá, no regulamento específica de Atividades Completares, outros tipos de atividades que poderão ser considerados, a fim de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social, acadêmica e profissional.

A carga horária das Atividades Complementares será registrada em ficha individual e o aproveitamento será acompanhado pelo Coordenador do Curso.

As Atividades Complementares possuem regulamento específico, e no mesmo consta que até vinte por cento de sua carga horária será para a Atividade Resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS, conforme Art. 1º da Resolução n º 565, Coeg, de 11 de dezembro de 2015.

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A Coordenadoria de Extensão (CEX) da UFMS visa articular o ensino e a pesquisa viabilizando a relação entre a Universidade e a Sociedade. Incentiva e torna possível que docente e técnico-administrativo coordenem ações de extensão que envolvem a comunidade, desenvolvendo atividades nas modalidades programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestações de serviços.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Neste sentido, o Curso promoverá atividades de extensão, motivando a participação dos acadêmicos nas diversas ações e eventos, quais sejam: seminários, feiras, visitas a comunidades, passeios, debates, oficinas, entre outros, com vistas a compreensão da Extensão Universitária como prática acadêmica regular no processo de ensino e de aprendizagem, bem como o estímulo ao desenvolvimento de pesquisa na UFMS.

10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD)

O Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, é ofertado na modalidade a distância, e deste modo, o processo de ensino e aprendizagem ocorre por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e outras tecnologias digitais, além das atividades no polo de apoio presencial.

As atividades e os encontros presenciais do Curso serão organizados, conforme a Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, as atividades e os Encontros Presenciais dos Cursos de Graduação a Distância, a saber:

- O calendário dos encontros presenciais e das atividades a distância será elaborado pela Coordenação do Curso, em conjunto com o Colegiado de Curso e com os professores, observados os prazos definidos pelo Calendário Acadêmico e a disponibilidade dos Polos;
- Os **encontros presenciais**, com acompanhamento dos **tutores**, poderão ocorrer às sextas-feiras e aos sábados, nos seguintes horários: sextas-feiras das 19h às 23h; e sábados das 7h às 18h. Eventualmente, poderão ser oferecidos encontros presenciais em outros dias e horários,

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 53

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 53

para atender às necessidades específicas do Curso;

- Será realizado um **encontro presencial obrigatório** por disciplina, por semestre, momento em que o **docente responsável ministra a aula no polo**. A presença dos acadêmicos neste momento é **obrigatória;**
- Os **encontros não presenciais** podem ser desenvolvidos de segunda-feira a quinta-feira em horários a serem combinados entre os tutores e os acadêmicos, de acordo com os recursos e metodologias previamente informados no plano de ensino;
- A presença dos estudantes durante os encontros **não** presenciais é **facultativa**, de acordo com a necessidade do estudante em utilizar a infraestrutura do Polo.
- As atividades de Estágios; avaliação; práticas profissionais; defesa de trabalhos serão desenvolvidos em encontros presenciais.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOUVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do acadêmico para a atividade profissional, integrando os conhecimentos técnico, prático e científico dos acadêmicos, permitindo a execução dos ensinamentos teóricos e a socialização dos resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico profissional.

O estágio obrigatório, parte constituintes Núcleo de Dimensão Prática, serão desenvolvidos nos três últimos semestres do Curso, com 306 horas, a saber: a) Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar I (102h); b) Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar II (102h); c) Estágio Obrigatório em Alimentação Escolar III (102h).

O estágio obrigatório oportuniza a aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do processo do Curso, de forma a contribuir para a formação profissional do acadêmico. Promove a vivência da realidade escolar de forma integral, a participação em conselhos de classe/reuniões de professores, a relação com a rede de escolas da Educação Básica, mantendo-se registro acadêmico. Busca promover a relação teoria e prática e contemplar a articulação entre o currículo do Curso e aspectos práticos da Educação Básica, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do acadêmico em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos acadêmicos, havendo acompanhamento por um docente orientador nas atividades práticas, ao longo do ano letivo.

Os estudantes com exercício comprovado em uma das áreas de atuação dos funcionários da educação básica e que estiverem exercendo atividade regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular obrigatório até o máximo de 100 (cem) horas, conforme o § 8º do Art. 13. da Resolução n° 2, CNE/CES, de 13 de maio de 2016.

No Curso, a organização do estágio é realizada pela Comissão de Estágio (COE) e segue regulamento próprio, em conformidade com a legislação vigente. O Curso possui regulamento específico para o Estágio, aprovado pelo Colegiado de Curso.

O estágio não obrigatório é opcional, e tem a finalidade de enriquecer os conhecimentos teóricos do acadêmico. O estágio não obrigatório poderá ser considerado como Atividade Complementar.

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

Orientação semidireta

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 54

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 54

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A participação do corpo discente nas atividades acadêmicas será orientada pelos docentes e Colegiado de Curso, por meio de editais das Pró-Reitorias. Entre as diversas possibilidades, destacamos: a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic); a participação em projetos de ensino e extensão, entre outras atividades pertinentes ao Curso, com vistas ao aperfeiçoamento da formação dos trabalhadores/profissionais da educação.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

Não se aplica ao curso.

10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOUVER)

Tem como objetivo principal a elaboração e a apresentação pública de um tema desenvolvido a partir de pesquisa teórica ou aplicado, dentro das possibilidades de um curso de graduação, sobre uma temática da área.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) terá formato definido pelo Colegiado de Curso, que irá elaborar manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos,sendo as decisões socializadas entre os docentes e discentes envolvidos nesta etapa de formação e é orientado pelo Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso. Os trabalhos serão disponibilizado em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet. Nesse sentido, ressaltamos que o Trabalho de Conclusão de Curso reitera o caráter da Universidade que tem como princípio articular ensino, pesquisa e extensão.

A Instituição possui Comitê de Ética para encaminhamento e aprovação de projetos de pesquisa, componente do TCC, desde que esse tenha como metodologia ferramentas que atuem diretamente com seres vivos

11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

A produção de material didático será realizada pelo professor da disciplina em conjunto com a Equipe Multidisciplinar de Produção da Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead), e validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Sead. Esse material didático deverá ser produzido e validado antes da publicação da aprovação da oferta da disciplina.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental.

Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, vídeo aulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

BOLETIM OFICIAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
10/08/2020
Nº 7351
Pg 55

O Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, pertence à Faculdade de Educação (Faed). Sua infraestrutura dispõe de 8 salas de professores de aproximadamente 18 m² cada, secretaria de apoio técnico-administrativo, sala de reuniões com capacidade para 15 pessoas, 1 sala de estudos e pesquisas para os(as) acadêmicos(as) com 3 computadores à disposição e uma mesa, laboratório de informática da Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead), com 38 computadores em funcionamento, 5 salas de aula com capacidade para 50 pessoas cada, 2 laboratórios interdisciplinares com capacidade para 50 pessoas cada e 1 auditório com capacidade para 152 pessoas, sendo os três últimos pertencentes à Sead.

A universidade também disponibiliza de salas e espaços de outras unidades quando necessário, a fim de viabilizar as atividades programadas pelo Curso. Os acadêmicos têm à disposição também a Biblioteca Central, que visa a atender à comunidade acadêmica e aos pesquisadores em geral, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo o acesso à informação e a produção do conhecimento.

Os polos em que o Curso será desenvolvido é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem. Temos os polos de Miranda, considerado polo efetivo, pois a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos é o governo municipal.

Os polos de Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã e de Três Lagoas, tipificados como polos UAB associado, os quais tem como mantenedores e responsáveis a direção das unidades setoriais, dos câmpus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Todos os polos dispõem de espaços com mobiliário correspondente as suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis neles possuem a seguintes infraestrutura:

a) Espaços gerais dos polos: sala para coordenação do polo; sala para secretaria do polo; sala de reunião; banheiros feminino e outro masculino com acessibilidade, conforme o que demanda a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

b) Espaços de apoio dos polos: laboratório de informática com instalações elétricas adequadas; biblioteca física, com espaço para estudos;

c) Espaços acadêmicos: sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s).

Além disso, terão à disposição uma infraestrutura tecnológica de: computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) do Curso; conexão à internet em banda larga de acesso para todos os ambientes dos polos; ferramentas pedagógicas tais como data-**show**; lousa, equipamentos para conferência **web** ou vídeoconferência.

A equipe mínima de composição dos polos serão: coordenador de polo; assistente à docência; secretária (o) ou apoio administrativo; técnico de informática; auxiliar de biblioteca; pessoal de segurança; pessoal de manutenção e limpeza.

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

No decorrer do Curso, haverá incentivo a participação dos acadêmicos em eventos voltados ao uso das novas tecnologias, visitas técnicas aos espaços de produção, utilização do laboratório de informática, entre outras tecnologias que contribuam com o aprimoramento da formação dos profissionais da educação. Tais atividades serão previstas nos planos de ensino dos docentes.

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 56

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 56

Para tanto, incentivará, também, a participação de seus docentes e técnico-administrativos em Oficinas e Seminários que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino/aprendizagem para que promovam, no âmbito da Faculdade, as inovações desejadas. Em conjunto com a Secretaria Especial de Educação a Distância, haverá a disponibilização de tutoriais **on-line** para a capacitação dos docentes, servidores técnico-administrativos e acadêmicos, no uso das tecnologias por meio do ambiente educacional **Moodle**.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem também possibilita o professor desenvolver uma diversidade de práticas pedagógicas e **feedbacks** personalizados a cada estudante, considerando o perfil, o ritmo e as especificidades de cada estudante, permitindo o aprendizado e o acompanhamento mais personalizado de cada aluno.

No que diz respeito a mídias sociais, a publicação de notícias, eventos e avisos é feita principalmente a partir dos conteúdos publicados no portal da universidade (www.ufms.br). A Secom é a responsável pela criação e publicação de conteúdos desenvolvidos exclusivamente para as redes sociais (memes, gifs, etc.), postando-os diretamente na plataforma. Tendo em vista a característica do público presente nas redes sociais da UFMS, a linha editorial do conteúdo de suas plataformas prioriza a propagação e publicação de notícias, eventos e avisos de interesse da Comunidade Acadêmica e Sociedade.

Assim, as tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino e aprendizagem permitem a execução do Projeto Pedagógico do Curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes, discentes e tutores, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, foi elaborado em conformidade com a legislação vigente, buscando assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho técnico-pedagógico da área de Alimentação Escolar.

A proposta aqui apresentada é flexível e passível de alterações, sempre que se fizer necessário, com vistas ao aprimoramento das ações técnicas e pedagógicas de todos os envolvidos na organização e funcionamento do Curso.

Trata-se de um plano que traz o compromisso com uma formação acadêmica de qualidade, consoante às exigências da educação superior, para a construção do conhecimento e a qualificação para o trabalho, a fim de responder a demanda dos muitos profissionais da educação, que necessitam da formação superior.

15. REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Janete. **Educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

- _____. Conselho Nacional da Educação. Secretaria da Educação **Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais**: Educação Básica. Brasília: MEC, 2004.

- _____. Parecer CNE/CEB nº 16/2005. Aprovado em 3 de agosto de 2005. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica**. Proposta de**

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 57

Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de profissional de Serviços de Apoio Escolar.

- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- _____. Secretaria da Educação Básica. Por uma Política de Valorização dos Trabalhadores em Educação. Em cena, funcionários de escola. Brasília, set. 2004.

- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

- DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, C. A.; MORAES, K. Nº; OLIVEIRA. J. F. **Gestão escolar democrática**: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia. 1a. ed. Goiânia: Alternativa, 2003.

- FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. S. (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

- FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza S.; OLIVEIRA, João Ferreira (org). **Escolas gerenciadas**: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate. Goiânia: Editora UCG, 2004.

- FREITAS, Olga**. Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**: em cena, funcionários de escola. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2004.

- MENDONÇA, Erasto Fortes. **A Regra e o Jogo**. Campinas/SP: Lapplane, 2000.

- MONLEVADE, João Antonio C. **Funcionários das escolas públicas**: educadores profissionais ou servidores descartáveis. Brasília: Idea, 2000.

- _____. **Profissionalização ou Terceirização?** O Futuro dos Funcionários da Educação à Luz das Conquistas e Desafios do Presente, Brasília: Edição do Autor, 2014

- NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino e LIMA, Manoel C. **Terceirização na educação**: a face moderna do retrocesso. Brasília: SAE/DF, 2001.

- OLIVEIRA, Dálila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

- PACHECO, Ricardo Gonçalves. **Bolsa escola e renda minha**: renda minha e educação na visão das mães. Brasília, 2005. Dissertação de Mestrado, FE/UnB.

- PEDROZA, Regina L. S. ; YOKOV, T. Psicologia escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 9, nº 1, 2005.

- PONTES, Élcio Bezerra. A Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR) na Faculdade de Educação da UnB. *In*. SOUZA, A.M.; FIORENTINI, L.M. R. e RODRIGUES, M. A. M. (orgs.) **Brasília Educação superior a distância**: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Editora da Universidade de Brasília, 2010. 264 p.;

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br
Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 58

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 58

24 cm. Disponível em: http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-publicados-pela-catedra/educacao-superior-a-distancia/livro-educacao-superior-a-distancia-comunidade-de-trabalho-e-aprendizagem-em-rede-ctar

- SILVA JUNIOR, João Reis**. A reforma do Estado e da educação**. São Paulo: Xamã, 2003.

- SILVA, Maria Abádia. **Intervenção e consentimento**: a política educacional do Banco Mundial. São Paulo: Autores Associados/FAPESP, 2002.

- TEIXEIRA, Anísio Espíndola. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Nacional, 1969.

- VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. **As dimensões do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001.

Divisão de Apoio aos Órgãos Colegiados – Diorc/RTR
Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041
79070-900 Campo Grande-MS / http://www.ufms.br e-mail: diorc.rtr@ufms.br

Anexo 196 (2086003) SEI 23104.000070/2020-57 / pg. 59

10/08/2020
Nº 7351
Pg. 59